

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

OLIVEN, Ruben George. Ruben George Oliven (depoimento, 2016). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 40min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre BANCO SANTANDER. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Ruben George Oliven
(depoimento, 2016)**

Rio de Janeiro

2017

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Celso Castro;

Técnico de gravação: Isabella Jannotti;

Local: Porto Alegre - RS - Brasil;

Data: 17/06/2016 a 17/06/2016

Duração: 2h 40min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido com financiamento do Banco Santander, entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, com o objetivo de constituir um acervo audiovisual de entrevistas com cientistas sociais brasileiros e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: Alemanha; Anos 1960; Antropologia; Arte; Atividade profissional; Brasil; Ciências sociais; Congressos e conferências; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Cultura; Ensino superior; Estados Unidos da América; Europa; Eventos e comemorações sociais; Família; Formação profissional; França; Golpe de 1964; Ideologia; Infância; Inglaterra; Instituições de ensino; Intelectuais; Magistério; Movimento cultural; Música; Pesquisa científica e tecnológica; Pós - graduação; Relações interamericanas; Religião; Rio Grande do Sul; Sociologia; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Viagens e visitas;

Sumário

Entrevista: 17/06/2016

Origens familiares na Alemanha; a vinda ao Brasil; o estímulo à intelectualidade na infância; o interesse por Ciências Sociais; o golpe de 1964; as viagens ao exterior em 1965; o curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); o interesse por cultura; o trabalho no colégio israelita; a atuação em empresas de planejamento; o ingresso em Antropologia na UFRGS; o mestrado; o diálogo interdisciplinar da Antropologia; a criação do mestrado em Ciências Sociais; criação do doutorado em Antropologia; Doutorado na Inglaterra; as diferenças entre Brasil e Europa; os seminários na Europa; a ida à França; as diferenças culturais entre França e Inglaterra; as pesquisas em antropologia urbana; o cenário acadêmico nos anos 1960; o contato com antropólogos; as pautas e demandas da sociedade; Sociologia e ideologia; a criação do mestrado em Antropologia; os primeiros anos dos cursos de pós-graduação; a relação com o Grupo de Estudos de Antropologia Simbólica (GEAS); as atividades na UFRGS; a autonomia do Centro de Ciências Sociais; as disputas entre Antropologia e Sociologia; a participação na Associação Brasileira de Antropologia; a expansão dos eventos científicos; os seminários sobre cultura brasileira; o Movimento tradicionalista no Rio Grande do Sul; a experiência na presidência da ABA; a organização de atividades na ABA; a atuação no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Antropologia na presidência da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); as experiências familiares com arte e música; as pesquisas sobre MPB; os estudos nos Estados Unidos da América; as diferenças acadêmicas entre EUA e Brasil; a ida à Berkeley; as pesquisas atuais sobre música; as avaliações sobre Antropologia; a fragmentação dos temas de pesquisa; as experiências nos seminários de doutorado; as práticas docentes; as perspectivas para a Antropologia; a preocupação com a formação do antropólogo; a importância da interdisciplinaridade; as influências da religiosidade na infância.

Entrevista: 17.06.2016¹

C.C. –Ruben, em primeiro lugar obrigado por nos receber aqui na sua casa. Antes de falar da sua entrada como estudante no curso de Ciências Sociais, queria que você resumisse um pouco a sua trajetória familiar antes da universidade.

R.O. – Os meus pais já são falecidos. Eram judeus alemães. Os dois nasceram em Berlim. O meu pai vinha de uma família que estava na Alemanha há muitos séculos, desde a Idade Média. A minha mãe era nascida em Berlim, mas a família dela vinha originalmente da Polônia. A família da minha mãe era um pouco mais religiosa, a do meu pai era muito assimilada: casavam entre judeus, mas eram muito assimilados, se consideravam muito alemães. O meu avô era um escritor, ele era libretista, ele escrevia letras de operetas, vivia disso, e até hoje essas operetas ainda são encenadas na Alemanha, na Áustria e nos Estados Unidos. Eles se conheceram em 1938. Em 1939, a família do meu pai veio para o Brasil, veio para Porto Alegre porque aqui havia judeus alemães e eles achavam que o clima era mais compatível. [riso]

C.C. – Eles saíram da Alemanha já por causa da situação?

R.O. – Por causa do nazismo, sim. Saíram na última hora.

C.C. – Já era sensível...

R.O. – Sim, foi em 39. A minha mãe e o irmão dela conseguiram fugir para a Inglaterra, porque eles tinham um tio lá que os chamou, mas os meus avós maternos morreram em campos de concentração, os dois.

C.C. – Eles vieram para Porto Alegre, mas eles conheciam alguém aqui?

R.O. – Conheciam. Aqui tinha uma pequena comunidade de judeus alemães. Então, eles acharam que era mais fácil se integrar aqui, então por isso que eles vieram para cá. Quer dizer, o meu pai veio com a família dele em 39. Ele tinha, eu acho, vinte e um anos de idade. A minha mãe foi para Inglaterra, ficou dois anos lá, e o meu pai conseguiu trazê-la para o Brasil. Ela veio em um navio que andava em ziguezague para não ser afundado e na volta ele foi afundado. [riso] Então, digamos assim, essa é minha origem, não é? Eu sempre estive em uma casa que era uma mistura de coisas. A gente não morava no bairro judeu, no Bom Fim, morava na Auxiliadora, que era um bairro que não tinha judeus. Eu conhecia bem esse meio. No começo eu não estudei em um colégio israelita, estudei em um colégio alemão, que era o colégio Farroupilha – o nome mudou para a Farroupilha durante o Estado Novo, ele tinha um nome alemão antes disso. Então, eu convivia com esse ambiente. Os meus pais tinham envolvimento com coisas judaicas; mantinham a tradição, mas não eram religiosos. Mas também tinha uma influência, assim, desde o começo, muito grande de que o mundo era maior que o Brasil, era maior do que Porto Alegre. Era literalmente uma mistura de coisas. Eu nunca descobri que língua a gente falava em que momento. Era português, alemão e em uma época só se falava em inglês.

¹ Versão revista pelo entrevistado.

C.C. – Em casa?

R.O. – Em casa. A gente ganhava um cruzeiro por dia para falar só em inglês. Se ficasse sete dias falando, aí virava dez. Tinha um incentivo muito grande. [riso] Era um ambiente, assim, bastante intelectualizado por parte dos meus pais, dos amigos deles. Era um ambiente que tinha muita irreverência em relação a qualquer autoridade política, administrativa e coisa assim, mas tinha uma profunda reverência a coisas intelectuais. Isso era considerado importante. Então, esse foi o ambiente que eu tive em casa. Eu estudei sete anos nesse primeiro colégio. Aí, eu resolvi que eu queria me transferir para o colégio israelita. Fiquei três anos lá. Depois eu estudei no colégio Júlio de Castilhos, que era o maior colégio público de Porto Alegre.

C.C. – Mas você era mais religioso do que seus pais ou não?

R.O. – Não, não. Eu participei em movimento juvenil judaico, esse tipo de coisa, mas eu nunca fui religioso. Meus pais também não eram, eles começaram, depois de mais velhos a ir em sinagoga nos altos feriados. Mas meu pai, por exemplo, aos sábados jogava tênis, então não ia à sinagoga. [riso] Mas eles sempre mantiveram as tradições judaicas. Sextas-feiras, enquanto os meus pais estavam vivos, sempre a família se reunia na casa deles; no Shabat, acendiam-se as velas; fazia-se a bênção do vinho, etc. Mas não era um ambiente de religiosidade profunda.

C.C. – Depois do Farroupilha você foi para um colégio público?

R.O. – Não, depois do Farroupilha eu fui para o Colégio Israelita-Brasileiro. Fiquei três anos lá e depois eu fui para o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, onde eu terminei o colegial, que era, acho que ainda é, a maior escola pública de Porto Alegre em tamanho. Na época em que eu estava lá ela era bastante boa.

C.C. – O interesse por fazer Ciências Sociais surgiu no Júlio de Castilhos por algum motivo?

R.O. – O interesse pelas Ciências Sociais era assim... A minha mãe queria que um dos filhos fosse engenheiro. Ela só conseguiu com o mais moço que fez meio ano de Engenharia e depois foi para o Jornalismo. [riso]

C.C. – Eram quantos irmãos?

R.O. – Seis. Um é falecido já.

C.C. – Você e mais cinco?

R.O. – Sim. Minha irmã é a mais velha e depois venho eu. Então, tem o negócio do filho primogênito judeu que tem um peso. [riso] Mas eu, assim, claramente não dava para as Ciências Exatas, não tinha nenhuma vontade de ser médico, nem advogado. Eu queria mudar o mundo, não é? Então, era pelas Ciências Sociais. Meus pais, claro, ficaram preocupados. Meu pai perguntou se eu não queria fazer Economia também. Eu achei interessante, pensei que uma coisa complementava a outra e eu acabei fazendo os dois cursos ao mesmo tempo. Naquele

tempo, você podia fazer dois cursos na UFRGS, porque os vestibulares eram separados. Então, fiz vestibular para um e para outro, e fiz os dois cursos.

C.C. – Inteiros e ao mesmo tempo?

R.O. – Inteiros e ao mesmo tempo.

C.C. – Você tinha aula o dia inteiro, então.

R.O. – Eu tinha aula de manhã no curso de Economia, de tarde no de Ciências Sociais. A partir do segundo ano eu comecei a trabalhar. Eu dava aula. Eu fui dar aula no Colégio Israelita. Aí, eu passei o curso de Economia para de noite. Eu fazia dois cursos e dava aula. [riso] Como eu não sei, mas eu fazia. Me formei bem.

C.C. – Você entrou em 64, não é?

R.O. – Eu entrei em 64.

C.C. – E, aí, pega já o golpe.

R.O. – Direto.

C.C. – E como foi essa experiência?

R.O. – Olha, foi uma experiência assim... Bom, no começo as pessoas não se deram conta, todo mundo achava... O discurso era que era mais uma quartelada tal e coisa. Aos poucos as pessoas se deram conta que não era quartelada e isso atingiu a UFRGS fortemente. Vários dos melhores professores foram cassados, ou porque eram de esquerda, ou porque eram bons. Porque tinha isso, o cara era bom, causava inveja e acabava entrando em uma lista, não é? A Universidade foi muito atingida, tinha muita mobilização, muita coisa, mas ninguém era capaz de fazer um bom diagnóstico do que estava acontecendo. Era difícil mesmo. O discurso era golpe, mas ninguém conseguia ver que estava se gestando algo completamente diferente. Naquela época era muito difícil perceber.

C.C. – Você tinha algum tipo de participação?

R.O. – Eu não tinha nenhuma militância com um grupo específico. Eu era ligado a várias coisas, mas eu nunca me filiei a nenhum partido. Aliás, nunca quis. Sempre achei que minha independência intelectual vinha antes de eu ter uma disciplina partidária ou algo assim. Aí, no meio do curso, em 1965, fui para Israel e passei um ano lá.

C.C. – Em que cidade?

R.O. – Eu passei cinco ou seis meses em Jerusalém, fazendo curso, e o resto do tempo eu estive em dois Kibutzim um deserto no Neguev, e outro no norte.

C.C. – Você tinha família em Israel ou não?

R.O. – Minha mãe tinha primos lá, primos segundos ou terceiros, mas não era essa ideia. Eu fui meio por conta própria e depois, antes de voltar, na volta, eu passei pela Europa.

C.C. – Foi sua primeira viagem à Europa?

R.O. – Foi a primeira viagem à Europa. Eu já tinha viajado no Brasil. Eu viajava muito, viajava sozinho, eu e minha irmã para visitar pessoas no Brasil, mas nunca fora do país.

C.C. – Você foi à Alemanha nessa viagem?

R.O. – Fui e foi muito interessante porque o meu pai mandou uma carta de vinte e cinco páginas em inglês, ele sempre escrevia em inglês para mim, dizendo tudo o que eu deveria visitar na Alemanha, descrevendo tal lugar: “aqui os comunistas se reuniam”. Porque ele militou em partidos de esquerda, depois nos sionistas: “aqui tem isso, aqui tem isso, aqui teve tal coisa e etc”. Aí, quando eu fui cruzar para a Berlim Oriental, eu fui longamente sabatinado por um oficial da polícia, que queria saber quem tinha escrito aquela carta, por que em inglês, de onde ele conhecia tudo aquilo. [riso] Tive que dá muita explicação até ele deixar eu passar. Mas foi uma viagem muito interessante tanto para conhecer a Alemanha, estive na França, estive na Itália também. E toda a experiência de sair um ano foi uma coisa interessante tanto do ponto de vista pessoal quanto de pensar o Brasil, sair, conhecer outros países.

C.C. – Você foi sozinho na viagem?

R.O. – Eu tinha amigos, tinha outras pessoas.

C.C. – Você tinha quantos anos nessa época?

R.O. – Dezenove.

C.C. – É, deve ter sido uma experiência marcante.

R.O. – Foi. Aí, quando você volta, você fica meio em crise: “o que eu estou fazendo?”.

C.C. – E o curso de Ciências Sociais em si? Quer dizer, você quis fazer o de Economia também, mas o curso de Ciências Sociais, como era o curso? O que você estudava?

R.O. – Olha, era assim: as disciplinas mais importantes eram Sociologia e Ciência Política, mais Sociologia do que Ciência Política. Tinham alguns temas que eram temas chave, como Estado, ideologia, classe social. E era um curso em que os estudantes aprendiam rapidamente a fazer um quadro de como funcionava o Brasil. Então, tinha os latifundiários que eram ruins por definição; a burguesia que se dividia entre estrangeira e mais brasileira (talvez progressista); a classe média que não existia (então, não podia falar dela); os camponeses, coitados, eram alienados, e os índios que não sabiam que eram camponeses, mas eram camponeses. Então, tinha um modelinho, assim, que você aprendia muito facilmente.

C.C. – Mas de uma matriz marxista?

R.O. – Ah sim, tinha uma matriz marxista não tanto dos professores, tinham alguns professores que eram muito tradicionais e tinham outros que já eram mais abertos e te davam mais coisas para ler. A Antropologia era uma espécie de irmã menor que não se ocupava das grandes questões, mas tratava dos indígenas e a etnicidade era considerada por muito como um não-tema.

C.C. – Ainda tinha Antropologia Física ou não?

R.O. – Chegou a ter Antropologia Física. Tinha um professor de Antropologia Física que, eu acho, era parte da disciplina de Antropologia. Mas já naquela, assim, eu me dei conta de que o que eu gostava mesmo era um negócio chamado cultura, que também era um tema... Cultura era superestrutura, você tinha que conhecer a infraestrutura pois assim você automaticamente conheceria a superestrutura. Mas essa era a parte que eu achava mais interessante, era isso que me fascinava. Desde o começo eu fui muito fascinado pela questão urbana, pelo fenômeno urbano: o que era viver em cidades? Como as pessoas se comportavam? Como em um espaço, assim, relativamente pequeno e denso tinham tantos grupos diferentes? Então, era essa a questão que já me fascinava mais naquela época.

C.C. – Ainda tinha... A História ainda era junto com a Geografia, eu acho, naquela época, não é?

R.O. – Eu acho que elas já estavam separando. História e Geografia, eu acho, quando entrei já eram dois cursos separados.

C.C. – Mas você tinha Geografia, por exemplo?

R.O. – Sim, Geografia Humana.

C.C. – Estudava-se cidades ou alguma coisa...?

R.O. – Estudava. Era uma disciplina bem dada. A gente aprendeu a analisar pirâmides etárias, coisas desse tipo assim. Eu tenho uma boa recordação da disciplina. E também tinha outra coisa: tudo era em escala muito menor, não é? A universidade era muito menor, funcionava onde hoje é o campo central. Foi antes da reforma universitária e a Faculdade de Filosofia pegava tudo: Física, Química, Biologia, Filosofia, História. Era tudo em um mesmo espaço e tudo girava muito perto de um bar que ainda existe lá que é o Bar do Antônio, onde as pessoas discutiam política e os destinos da nação.

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

C.C. – Você mencionou que dava aula e trabalhava também durante o curso.

R.O. – Eu dava aula durante o curso. Quando eu voltei de Israel, eu fui convidado para dar aula no colégio Israelita.

C.C. – Aula de?

R.O. – Chamava-se “Cultura Hebraica”, uma espécie de história judaica. Foi uma experiência muito boa, porque eu aprendi a dar aula, peguei o gosto por dar aula, eu gostava, dava bem. Eu dava aula para alunos que tinham muito pouca diferença de idade de mim. Eu dei aula principalmente para alunos do colegial. Então, eles tinham, sei lá, quinze, dezesseis, dezessete até os dezoito, e eu tinha vinte e um, vinte e dois. Eu fiquei muito próximo, alguns até hoje eu encontro. Uma das presidentes da Sociedade de Psicanálise de Porto Alegre foi minha aluna. [riso] Foi uma experiência muito marcante. Foi marcante para mim, eu fiquei muito amigo deles e eu peguei o gosto por dar aula também ali.

C.C. – Quando você se formou, você se formou no final de 68?

R.O. – Final de 68.

C.C. – Aí, já tinha o AI-5.

R.O. – Coincidiu com o AI-5, que foi editado no dia 13 de dezembro de 1968. Bom, aí fechou. Eu decidi que não ia ser professor secundário para o resto da vida, que eu queria me profissionalizar no que eu tinha estudado. O meu primeiro emprego foi na Planisul, a maior empresa de planejamento do Rio Grande do Sul. Essa era uma época que se tinha muita coisa de planejamento e eu fui trabalhar lá. Mas eu achei muito chato o trabalho lá. Basicamente, eu era o encarregado de um programa chamado *Program Evaluation Review Technique*, através do qual você tem que ver se todas as tarefas, estão sendo feitas no tempo certo. Eu achava aquilo muito chato. Não tinha muita coisa para fazer. Eu saí de lá e fui trabalhar na Asplan, que era a maior empresa de planejamento do Brasil. A Asplan tinha sido contratada pela UFRGS para fazer um plano global da UFRGS. A UFRGS era uma espécie de federação de diferentes faculdades, diferentes feudos que tinham independência para contratar, independência para vestibular. Você tinha professores de estatística na Agronomia, outros nas Ciências Sociais. Aí veio a reforma universitária, as universidades tinham que se adaptar e eles contrataram a Asplan. Eu achei que isso era interessante, Aí eu fui falar com o cara que dirigia o projeto. Ele era ligado ao Florestan Fernandes. Eu disse que queria trabalhar lá e ele achou interessante, mas disse: “Tem um problema. Você está trabalhando em uma empresa com a qual a gente tem parcerias. Eu não posso roubar um funcionário de lá”. Eu disse: “Não, eu me demito de lá”. Aí ele disse: “Tudo bem”. [riso] Me demiti e fui trabalhar na Asplan. Foi uma experiência muito rica, porque passei a ter uma noção do que era universidade, como funcionava. Aí foram me soltando tudo na mão. Eu era responsável por analisar toda a parte de pesquisa da UFRGS. Não tinha tanto com hoje em dia, mas eu preparei...

C.C. – Mas a sua identidade profissional nesse momento era mais como economista ou como cientista social?

R.O. – Lá como cientista social, claramente. Eu era chamado de sociólogo, antropólogo ninguém sabia o que era. Lá eu estava como sociólogo. Eu acho que na carteira de trabalho chamava técnico em planejamento, mas era o grupo dos sociólogos e eles tinham economistas que viam a parte mais econômica. Então, eu trabalhei nessa parte. Trabalhei em toda parte relativa à pesquisa e de extensão. No final, eles ficaram preocupados porque não havia um marco teórico e disseram que eu era responsável pelo marco teórico. Aí eu era pago para poder

mandar comprar qualquer livro e ficar lendo o que eu queria. [riso] Eu adorei, porque eu acabei escrevendo um ensaio que foi o meu primeiro livro que chama *Educação e Sociedade Moderna*. Então, lá eu comecei a ler e depois eu escrevi um bom pecado de juventude que foi esse meu primeiro livro, que teve origem lá. Aí, a Asplan começou a entrar em crise, porque eles não recebiam pagamentos ou coisas assim e eles começaram a demitir os funcionários. Aí, eles me demitiram e logo depois que me demitiram disseram que era um engano, que já tinha outro projeto, que eu ia continuar, que eu não me preocupasse. Mas aquilo demorou, demorou. Chegou em março, não tinha nada, e eu tinha que trabalhar. Aí, eu fui trabalhar...

C.C. – Isso em setembro?

R.O. – Já em março de 1970. Eu fui trabalhar em uma multinacional, Cargill.

C.C. – Qual o nome?

R.O. – Cargill Agrícola que é uma multinacional americana. Eu odiava o trabalho, mas, hoje em dia, eu fico pensando que se pudesse voltar atrás eu ficaria lá uns dois ou três anos para fazer uma etnografia. *A posteriori*, me dou conta do quanto eu aprendi de como era o funcionamento de uma multinacional. Lá eu achava que estava me vendendo para o capital, para isso e para aquilo. Mas antes disso, aconteceu uma coisa interessante quando eu estava na Asplan. Eu recebi um telefonema de uns alunos de uma escola daqui, uma das melhores escolas particulares de Porto Alegre, e eles estavam fazendo um trabalho e alguém, deve ter sido um professor ou professora, disse que era para me entrevistar. Eles perguntaram se eu podia dar uma entrevista, eu disse que sim e marquei na própria Asplan. Avisei para secretária se tinha uma sala, ela disse que sim. Bom, no dia vieram, eu acho, uns trinta ou cinquenta alunos. Tomaram conta daquilo e aquilo era um lugar de trabalho. A secretária trazia cadeira, trazia cadeira. A gurizada toda sentou, e fizeram perguntas. Eles estavam em um ambiente que não era deles e eles ficaram duas horas quietos ouvindo tudo. Quando saíram de lá, eu me lembro que todo mundo disse assim: “Puxa vida, como você consegue fazer essa gurizada ficar duas horas em silêncio? Você é um cara que parece ser tão tímido, tão jovem. Eu nunca vi... Eu, quando saio com meus filhos...”. Todo mundo vinha me perguntar: “Como você faz? A gente passava e eles só ouviam, só ouviam”. “Não, é que eu dei aula, fui professor etc.”. Mas aí eu me dei conta que eu tinha um lado professor, que eu gostava. Não só me saía bem, mas aquilo me gratificava, era bom e etc. Bom, eu me dei conta que o que eu queria era ser professor universitário. E outra, assim, os trabalhos que eu fazia, todos (em planejamento, na Cargill) sempre tinha sensação que eu fazia tudo rapidamente e depois não tinha o que fazer. Um cara que foi um chefe meu na Asplan, um dia, disse: “Tu nunca dizes que já terminaste, tu seguras. Quando alguém te pedir, tu dizes que está quase pronto, porque senão vai parecer que tu estás ocioso”. Mas eu fazia tudo rapidamente e dizia: “E agora?”, não tinha o que fazer. [riso] Então, eu me dei conta que eu queria ser professor universitário, queria poder dar aula e pesquisar. Foi o meu próximo trabalho. Naquele tempo, começou a haver mais vagas nas universidades federais e não tinha concurso ainda. Os departamentos não faziam concurso, as áreas indicavam. A Antropologia tinha uma vaga. Um dos professores do departamento - ele não era um catedrático, mas era um cara muito dinâmico – me encontrou e perguntou se podia me indicar. Eu disse: “Tudo bem”.

C.C. – Quem era?

R.O. – Sérgio Teixeira. Ele está aposentado agora. Ele era um professor dinâmico que deu início à antropologia de sociedades complexas na UFRGS... O professor que era o catedrático da Antropologia era arqueólogo e padre, ele estava em tempo parcial, estava mais na Unisinos. Tinha um outro que também era arqueólogo, não se envolvia muito, e tinha um outro que era antropólogo e físico. Então, eu fui o segundo antropólogo cultural e fui indicado por Sérgio Teixeira. Aí, quando saiu a contratação, eu saí da Cargill (onde eu ganhava muito mais do que na Universidade) e fui trabalhar na Universidade em regime de doze horas. Mas feliz da vida, era isso que eu...

C.C. – Mas ainda só graduado, não é?

R.O. – Só graduado. Naquele tempo se contratam professores que só tinha graduação eram graduados. Aí, ao mesmo tempo, eu me dei conta que tinha que ter mais do que graduação. Abriu um curso na arquitetura que era um curso de Planejamento Urbano de pós-graduação, de mestrado.

C.C. – Funcionava na Faculdade de Arquitetura?

R.O. – Na Faculdade de Arquitetura. Tinha uma relação um pouco tensa com a faculdade, porque tinha arquitetos e não arquitetos dando aula. O coordenador era um cara que estava fazendo doutorado em Planejamento Urbano nos Estados Unidos, e ele abriu o curso. Eu resolvi me inscrever. O primeiro semestre, eu me lembro, era em caráter experimental, só tinha um curso que era um curso de estatística. Depois começou a funcionar direito. Eu resolvi fazer o mestrado lá, porque no começo eu não podia sair. Sérgio, que me convidou para dar aulas, saiu para fazer o mestrado em Campinas, então eu tinha que ficar. Eu digo: “Não, eu vou fazer o mestrado aqui”. Então, essa foi uma fase que foi de 70 a 74, uns quatro anos, em que eu fiz várias coisas. Um que eu comecei a dar aula regularmente tanto de Antropologia, como dei aulas no Jornalismo também sobre problemas sociais e econômicos. Eu criei um seminário, que era uma coisa nova. Eu dei um que era sobre Linguagem e Comunicação, que era uma coisa que me interessava muito. Depois eu dei outro chamado “Fenômeno Urbano” pegando o título do livro organizado por Otávio Velho. [riso] E eu ia lendo e aprendendo. Ao mesmo tempo, ia fazendo o mestrado, fiz as disciplinas todas. Fiz uma dissertação que era sobre uma vila, que tem ainda aqui em Porto Alegre, foi uma das primeiras vilas planejadas, a Vila Farrapos. Eu dei o título, eu acho, *Integração sócio-cultural dos moradores da vila Farrapos em Porto Alegre*.

C.C. – Você chegou a fazer pesquisa de campo?

R.O. – Sim, sim. Eu fiz pesquisa de campo. A minha ideia era muito perguntar como essas pessoas se integravam. Partia do pressuposto de que, como eram novos, eles eram muito diferentes. Isso aí foi muito interessante, porque eu tanto fiz pesquisa qualitativa como quantitativa, e eu me dei conta que eles não eram tão diferentes, que eles eram bastante parecidos com qualquer outro grupo. Aí eu fiz a dissertação, publiquei, eu acho, uns dois artigos sobre isso. A parte dos artigos era importante, porque eu decidi de saída que eu ia escrever e publicar, o que não era tradição da universidade naquela época. Eu me lembro até que um professor mais velho disse: “Esse cara é perigoso, ele escreve”. [riso] Eu nunca me esqueço

disso. Bom, eu comecei a escrever e não tinha a menor ideia de onde publicar. Durante uma época eu publiquei artigos no Caderno de Sábado do *Correio do Povo*. O *Correio do Povo* ainda existe, mas hoje em dia ele é um tabloide, naquela época ele era o jornal de Porto de Alegre. Ele tinha um Caderno, que era um caderno cultural, e que tinha todo tipo de publicação, e eu publiquei cinco, seis, sete artigos, alguma coisa assim, que acabaram sendo meu segundo livro que se chama *Metabolismo social da cidade e outros ensaios*, que era fruto, assim, de várias coisas. Uma água pura da fonte: coisas que eu pensava e que eu botei no papel, e acho que só botei no papel até porque não conhecia outras coisas que contradiziam isso. Então foi muito bom. O fato de eu não conhecer foi bom, porque é isso que eu pensava e pus no papel. Ao mesmo tempo, eu comecei, aí sim, a pegar a bibliografia que existia, aprender, fazer, mas tudo meio autodidata. Isso do ponto de vista de formação. Então, comecei a ler tudo quanto é tipo de coisa. Tinha muita lacuna. Eu lia. Quando o tema me interessava, eu fazia seminário com os alunos. A Antropologia também começou a crescer. Os alunos começaram a se dar conta que tinha um negócio chamado cultura, que não era bem assim. E eu dominava também bem a literatura sociológica. Então, tinha umas discussões intermináveis sobre o que era massa marginal na América Latina, se era um exército industrial de reserva, se era uma sobrepopulação. Tinha uma literatura imensa sobre isso, para a qual hoje em dia ninguém dá bola. Mas eu conhecia bem, então eu tinha condição de dialogar com eles: “Mas tem outras coisas além disso que vocês não estão levando em consideração”. Então, isso ajudou. Depois, quando Sérgio voltou, ele ajudou a Antropologia a subir um pouco mais.

C.C. – Mas nesse momento, vamos dizer, até 73, antes de você ir para Inglaterra, ainda dando aula e fazendo mestrado, você já tinha uma auto-identidade de antropólogo ou ainda não?

R.O. – Eu tinha, na medida, assim, que agora eu era professor de Antropologia. Aí você vira autoridade. Se um jornalista precisa de alguém: “Vai lá e pega Fulano”. [riso] É o feiticeiro e sua magia, não é?

C.C. – A bibliografia de Antropologia, na época, que tinha...

R.O. – Era mais escassa.

C.C. – Você mencionou o fenômeno urbano, você já conhecia o livro, não é?

R.O. – Sim, conhecia. Eu misturava tudo, eu pegava autores de Antropologia, pegava também de Sociologia até para poder cotejar e discutir. Como eu não tinha uma formação muito sólida, eu fui adquirindo ela. E também, assim, eu acho que eu sempre transitei... Uma das coisas que eu sempre tentei fazer foi transitar entre áreas. Até hoje, quando eu dou um curso, eu coloco Vargas Llosa, coloco Umberto Eco, historiadores. Se eu acho que o cara tem uma ideia importante, não estou preocupado em saber qual é sua formação profissional. E também já participei em debates e mesas-redondas com delegado de polícia, engenheiro, etc. Então, eu não estou preocupado em saber o que o cara é, eu quero saber o que ele tem para dizer e como eu posso conversar com ele. Eu sempre tive uma inserção forte como antropólogo, fui presidente da ABA. Mas eu nunca fechei e disse: “Não, isso aqui já não é antropologia”. Eu sempre me preocupei muito em ter um diálogo mais amplo com outros tipos de pessoas, eu sou uma pessoa muito curiosa. Eu dou um seminário de doutorado atualmente no nosso programa de pós-graduação que é todo focado na relação entre a pesquisa e o pesquisador. Convido

peessoas de todas as áreas para mostrar para o aluno qual a trajetória de um pesquisador, um pouco isso. Eu já convidei professores de literatura, geneticistas, etc. Teve outra coisa também nesse período que foi importante, que o departamento, que era um só, era o departamento de Ciências Sociais onde a maior parte dos professores de Política e Sociologia eram formados em Direito e a maior parte não tinha doutorado. O Sérgio era formado em História, eu era o primeiro formado em Ciências Sociais e eu era o Benjamim, o mais jovem. O departamento resolveu, mais por iniciativa da Sociologia e da Política, criar um mestrado em Ciências Sociais em que deveriam entrar as três áreas. Só que o programa da Antropologia quem fez foi o professor Schmidt, que era professor titular e era arqueólogo. Ele fez um programa muito calcado em Arqueologia: pré-história da América I, pré-história da América II e etc. Aí, veio alguém da Capes e disse: “Olha, os programas da Política e da Sociologia fecham, mas da Antropologia não tem nada a ver. Aí, o departamento resolveu que ia ser o mestrado só em Sociologia e Política - o que para nós, pensando em retrospecto, foi ótimo, porque não tínhamos a menor condição de fazer o mestrado assim como eles não tinham. Eles tinham mais do que a gente, mas também era meio precário. Em 73, eu resolvi criar um curso de especialização em Antropologia e eu achei que para isso a gente tinha fôlego. Esse curso funcionou em três edições, a primeira foi em 74. Eu coordenei até julho e depois fui para a Inglaterra. Ali a gente já marcou um pouco a posição. Eu dava uma disciplina chamada “Culturas Urbanas”, eu já era mais autoridade. [riso]

C.C. – Culturas no plural já?

R.O. – No plural. Eu já me dei conta que era mais do que uma, culturas urbanas. [riso] A gente convidou... O Sílvio Coelho deu aula, não sei se na primeira edição do curso ou de outra. Aí tinha uma doutoranda da Fulbright que estava passando pelo Rio Grande do Sul, eu lachei ela para dar um curso também. A gente convidou o Peter Fry e ele aceitou. Desde o começo a nossa ideia era de que o curso tinha que ser nacional e internacional – isso sempre foi muito marcante na nossa pós-graduação. Esse curso de especialização que é, assim, o marco zero da nossa pós-graduação já começou dessa maneira. Aí, quando eu voltei da Inglaterra (posso, depois, falar da minha experiência), a gente criou o mestrado nosso que começou em 79, mas aí já com mais professores, com mais condições etc.. Isso, depois, foi dar no doutorado. Então, de alguma maneira foi bom que no começo da década de 70 a gente não fizesse o mestrado, porque a gente ia estar com a perna muito curta. Eu acho que a gente fez bem em fazer o curso de especialização, preparar, mandar pessoas para fora para depois começar.

C.C. – Bom, em meados de 74, você vai para a Inglaterra fazer o doutorado na Universidade de Londres. Você já era casado nessa altura?

R.O. – Sim, eu era casado. Minha mulher tinha feito...

C.C. – Arabela.

R.O. – Arabela.

C.C. – Ela fez também Ciências Sociais?

R.O. – Ela fez Ciências Sociais e ela fez mestrado antes disso, por conta própria, ela é socióloga, em Sociologia na Universidade de Essex. Então, nós dois fomos juntos para a Inglaterra para fazer o doutorado.

C.C. – Ela fez o mestrado antes de 74?

R.O. – Ela esteve lá de 1969 a 71 e depois terminou a dissertação aqui. Aí a gente foi junto. E pesaram, assim, várias coisas. Bom, naquela época tinha basicamente três opções: França, Inglaterra e Estados Unidos. França, bom, tanto eu como ela somos melhores em inglês do que francês. Eu tinha um certo fascínio pela França, mas eu sabia que tinha muito, assim, aquela coisa francesa: os grandes nomes, o discurso e etc. Estados Unidos me passavam muito um modelo de modernização, da teoria da modernização nas Ciências Sociais, que era algo que critiquei já na minha dissertação de mestrado. Então, a gente achou que a Inglaterra era um lugar melhor e eu queria ir para Londres. Londres era importante. Eu não queria ir para Essex, eu queria viver em uma grande cidade. Idealmente, eu queria uma experiência na Inglaterra e depois uma experiência em Paris, que eu tive depois. Então, assim, a experiência de fazer o doutorado foi importante, mas a experiência de morar fora em uma grande cidade foi igualmente importante. Eu tinha conhecido várias cidades grandes, mas nunca tinha vivido numa. E também a experiência de sair de um clima de muito opressão política que havia naquela época e ir para um lugar de mais liberdade. Eu lembro, assim, de uma experiência que eu tive que eu achei muito gozado... A Inglaterra não tem carteira de identidade, mas como estrangeiro você tinha uma carteirinha que não era nem plastificada, com a foto grampeada e que eles te davam. Vindo do Brasil, eu sempre andava com aquilo no bolso. De vez em quando, eu apalpava. Eu tinha um colega inglês que me perguntou: “Por que você anda com esse negócio sempre no bolso?”. Eu disse: “Minha carteira de identidade”. “Sim, mas para você quer ela?”. “Para me identificar”. E ele começou a me olhar muito estranho: “Você está indo ao banco?”. “Não”. “Onde você quer identificar?”. “Identificar na rua”. “Como na rua?”. “Sim, se um guarda me parar”. “O guarda não vai te parar e se você fizer uma infração ou alguma coisa, ele vai te pedir nome e endereço e você vai dar. É assim que é aqui”. Aí eu me dei conta de como no Brasil tu não saias sem o documento de identidade, não podia, não é? Isso era uma coisa, a outra coisa era: tu ias no seminário e tu podias falar tudo. No Brasil, tu sempre achavas: “Bom, deve ter algum dedo duro, alguma coisa assim”. E outra coisa também era que o clima intelectual, eu não estava acostumado, era diferente do Brasil. No Brasil sempre tinha: “Você está criticando o meu trabalho, você está criticando a mim”. E lá eu ia em um seminário, o cara apresentava o trabalho e era criticado por tudo quanto é cara e depois todos iam para o bar e todos estavam em uma boa. Então, era, assim, a ideia de que você critica o trabalho de uma pessoa, mas você não está criticando ele e a pessoa é muito grata, porque acha: “Bom, se está criticando o meu trabalho é porque vale a pena que ele seja criticado. Ruim seria se você nem sequer falasse dele”. [riso] Bom, eu estudei na *London School of Economics and Political Science*, aquela biblioteca... A cada vez que eu entrava lá, eu ficava encantado. Nunca me esqueço, tinha uma sala que era só, isso era antes da internet, só de censos. Você podia entrar: “Eu quero ver o censo da Coreia da década de 50”. Então, assim, recursos que, para a nossa época, que não tinha internet, absolutamente fantásticos e várias coisas acontecendo o tempo todo.

C.C. – O teu orientador lá, você escolheu antes ou era já...?

R.O. – Não, era alguém de lá, o Ian Roxborough.

C.C. – Mas ele era antropólogo? Não era mais especialista em América Latina?

R.O. – Ele era mais especialista em América Latina, mas foi alguém com quem eu me dei muito bem. De alguma maneira, para mim, foi um modelo. Ele foi um interlocutor, não é? Eu me lembro que uma vez eu convidei um ex-aluno meu para falar no seminário de doutorado e os alunos perguntaram: “Agora conta como o Ruben é como orientador”. Ele ficou meio constrangido e disse: “Olha, tem várias qualidades, mas uma que eu gosto muito é que ele não é orientador bafo na nuca”. Eu perguntei: “O que é orientador bafo na nuca?”. “É o cara que te telefona todo dia: faz isso; tem que colocar aquilo; olha aqui; tu tens que dizer isso”. [riso] Bom, realmente não é o meu estilo, o meu estilo é: você está fazendo um trabalho, vou conversar contigo. Se estiver caindo em um precipício eu vou te dizer: “Você vai cair no precipício”. Mas se você dizer: “Eu quero fazer assim”. Eu digo: “Bom, você talvez deveria pensar nisso ou naquilo”. Então, eu tive muita liberdade nisso, que foi uma coisa que eu sempre prezei. Eu nunca gostei que as pessoas me dissessem: “Faz isso. Faz aquilo de tal maneira”. Então, eu pude fazer a minha tese por conta própria, o que foi muito bom. E aí aconteceu uma outra coisa que foi importante no viver fora do Brasil. Um dia eu estava no meu banco em Londres. Era um dia frio, eu estava com sobretudo, eu olho e digo: “Eu conheço esse cara. Esse cara parece brasileiro”. Era o Peter Fry. Eu olhei para o Peter Fry e o Peter Fry olhou para mim e disse: “Como tu estas com cara de inglês”. Eu digo: “E como tu estas com cara de brasileiro”. [riso] E foi uma coisa, assim, espontânea, não é? Então, assim, eu acho que na Inglaterra, eu me dei conta de quão brasileiro eu era, que era uma coisa que no Brasil eu não tinha me dado tanta conta. Por que eu não tinha me dado conta? Obviamente, eu era brasileiro, mas, assim, eu nasci em Porto Alegre e não conhecia nada do interior do Rio Grande do Sul. Eu conheci a Arabela e ela disse que o pai dela era médico em Montenegro, que é uma cidade na região metropolitana de Porto Alegre, e eu não sabia nem onde ficava Montenegro. Eu conhecia muito pouco do Rio Grande do Sul. Eu conhecia mais Rio e São Paulo, que eu tinha ido várias vezes. E eu tinha conhecido Israel e Europa. Mas, assim, eu conhecia pouco do Rio Grande do Sul e tinha pouca vivência familiar no Brasil. Quer dizer, eu não tinha avô que participou disso, bisavô que foi da guerra do Paraguai, não tinha nada disso. Mas vivendo fora, eu comecei a me sentir brasileiro e a começar a pensar muito sobre o que era ser brasileiro. Isso eu acho que foi uma mistura de viver fora e uma mistura de fazer a tese, porque eu li muito sobre o Brasil, além de Antropologia. Eu li sobre tudo, eu ia em tudo quanto é tipo de seminário, quanto é tipo de aula. Na Inglaterra, você pode formar o currículo do que você quiser quando você está fazendo. Então, eu ia a tudo que me interessava e eu comecei a dizer... Por que a tese toda foi sobre urbanização.

C.C. – Em Porto Alegre?

R.O. – É. Uma tese, assim, que se chama... Aí, bom, virou um livro, esse já não era mais “pecado da juventude”, chamado *Urbanização e mudança social no Brasil*, que eu publiquei pela Vozes, que abordava várias coisas: uma, era entender a cidade enquanto categoria sociológica, que eu acho que era o primeiro capítulo: entender o que era uma cidade e aí eu discutia as várias escolas que tinham estudado cidades - Chicago, Marx e Engels, etc.

C.C. – Tem um artigo na *Dados* que você publica em 78.

R.O. – É, saiu na *Dados*. Isso. Depois tinha um capítulo que era uma crítica da modernização, eu chamei de “A ideologia da modernização” – naquele tempo se falava muito em ideologia – em que eu criticava a ideia de que a urbanização ia criar uma homogeneidade. Toda a ideia da minha tese é que ela não cria uma total homogeneidade, que boa parte da literatura dizia isso: morar em cidade vai ficar todo mundo igual, diferenças vão diminuir e não sei o quê. Depois tinha todo um capítulo sobre marginalidade urbana na América Latina, que eu também publiquei em outros lugares antes. Essa era uma grande discussão que tinha o tempo inteiro aqui em Porto Alegre, em tudo quanto é lugar: quem são esses pobres? O que era marginalidade? Aí, eu tentei juntar três literaturas que corriam paralelo, uma era a literatura sobre os aspectos sociais e econômicos da marginalidade; outra era política e outra era cultural. Elas dialogavam muito pouco. Então, eu tentei meio que juntar nisso, discutir cultura da pobreza. Peguei toda a bibliografia. Fora disso, eu juntei com uma coisa que eu fiz muito na Inglaterra, que foi ler história da Inglaterra. Nessa época eu também me interessei por história da Inglaterra, eu li muito. Aí, eu descobri que a Inglaterra tinha uma discussão enorme sobre a Lei dos Pobres, que o Parlamento se ocupava disso. Então, eu ampliei um pouco, mostrei que esse debate era maior. E o que os meus dados mostraram... Bom, eu comprarei mais de um grupo social, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, e o que apareceu foi que as pessoas eram muito parecidas em umas áreas e outras não. Aí, eu chamei um dos capítulos do livro de “A heterogeneidade da homogeneização, ou de como nem todos os habitantes de Porto Alegre são iguais”. Só que, nessa época, eu comecei a me dar conta de uma coisa que me deixou preocupado: cada vez que eu pegava um artigo novo de urbanização e olhava na bibliografia, eu conhecia noventa e cinco por cento da bibliografia. Sempre. E aí pensei: “Eu já li o que tinha que ler. Acho que já dei a minha contribuição. Eu não vou eternamente continuar isso”. [riso] E, de alguma maneira, o que eu estava fazendo era estudar as das culturas urbanas, não é? E aí decidi: “Eu quero entrar agora no tema propriamente da discussão sobre o que é cultura na Brasil”. Isso era meio vago ainda. Eu achei que estava vago, porque eu defendi a tese e a gente ainda ia ficar um período lá.

C.C. – Você morou direto quatro anos?

R.O. – Morei direto quase quatro anos. Aí terminei a tese em menos tempo, três anos e meio ou coisa assim. E aí fazia parte do acordo que eu ia passar uma temporada em Paris. Mas eu ainda tinha um mês antes de ir para Paris. Tinha feito contato e eles me aceitaram como auditor livre na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Aí, eu terminei a tese e minha mulher me perguntou: “O que você vai fazer nesse período agora?”. Eu disse: “Ah não, vou ficar sem fazer nada. Agora cansei”. Aí, na segunda-feira eu sentei e em uma semana escrevi um artigo em inglês, que eu coloquei, como último capítulo de meu livro *Urbanização e Mudança Social no Brasil*, e que foi publicado antes no *International Journal of Urban and Regional Research* chamado “*Cultures rules OK: class and culture in Brazilian cities*”. Então, o *rules OK* vinha de um termo que tinha na Inglaterra que é “é legal”, “é bom” e tinha até várias paredes pintadas com o nome de um cara que tinha sido preso injustamente, e os amigos dele pintavam: Fulano *rules OK*. E *rule* é de *ruling class* também. Então, eu peguei essa expressão *rules OK*, significando que a cultura é legal, mas também que a cultura governa, tem importância. Bom, era praticamente um programa de pesquisa e eu escrevi com a maior facilidade. Acho que estava tão na cabeça que sentei, fui escrevendo e rapidamente terminei. E eu digo: “Bom, então, agora, eu sei o que eu quero estudar”. Mas aí, antes, eu fui para Paris. Fiz aquele turismo

acadêmico: assisti Bourdieu, assisti Foucault, assisti Levi-Strauss, assisti Lacan. Isso é ótimo, porque sempre que eu pego alguém que se diz especialista em Lacan, eu digo: “Eu participei num seminário com ele”. E o cara para de me incomodar. [riso]

C.C. – Estive lá.

R.O. – Estive lá. A verdade é que era um seminário assistido por milhares de pessoas, mas sempre ajuda, não é? Então foi bom para também ver outra coisa que me impressionava muito...

C.C. – Alguns desses te impressionou particularmente?

R.O. – Olha, todos eram interessantes, todos tinham estilos diferentes. O Lacan falava para mil pessoas. Ele tinha um seminário que começava ao meio dia e quinze, você tinha que chegar no mínimo meia hora antes, ele chegava quinze minutos antes e ficava olhando para o público se deleitando que tantas pessoas vieram assisti-lo. Depois ele falava bem pausadamente e etc. Os outros também eram interessantes. Alguns eram seminários que eles convidavam pessoas, não é? Mas eram todos muito brilhantes e todas, assim, eram estilos muito diferentes da Inglaterra. O estilo inglês é quanto menor mais prestigioso e de preferência fazer um seminário que é *only by invitation*. Depois teus amigos, que assistiram, contam como foi bom e que só eles puderam assistir. Estou exagerando, mas não tanto. Na França, a ideia é que você precisa ter muita gente, quanto mais gente você tiver, mais prestigioso é. E o falar bem faz parte. Na Inglaterra, tu normalmente *read the paper*, falar livremente é considerado improvisado. Não é bom. E na França não, é mais o nosso estilo, é saber falar livremente. Boa parte dos seminários que eu assistia não tinha programa: era o professor que fazia a cortesia de pensar em voz alta e os alunos que acompanhassem. Não tinha programa, não tinha nada. Quando muito, no final, perguntava: “Alguém tem alguma pergunta?”. Geralmente, as pessoas não ousavam fazer perguntas. Eu mesmo, depois, quando fui professor visitante na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* tive essa experiência. Eu dei uma palestra em um seminário que era coordenado pelo Marc Augé e por outros. Aí, quando você termina, os professores fazem uma pergunta que no fundo é para eles falarem e bem no final eles perguntam se algum aluno que perguntar alguma coisa, quando muito ele pede um esclarecimento. Então, os dois mundos são diferentes e também, para pegar aqui um termo que, com o Brexit, está na ordem do dia... Eu ficava, assim, muito impressionado, porque quando eu dizia para os ingleses que eu ia para a França, eles comentavam: “Ah, *you are going to Europe*”, para a Europa, o continente. E quando eu chegava na França, os intelectuais franceses diziam: “Você estudou na Inglaterra... Deve ser muito diferente”. Hoje em dia, você vai de trem de Londres para Paris em algumas horas. Naquela época eu ia de aviãozinho, mas a distância cultural era enorme. Tinha vários livros que foram traduzidos do inglês para o português, mas não estavam em francês, por exemplo o livro do Hobsbawm sobre a invenção das tradições foi primeiro traduzido para o português e depois para o francês. Então, a distância era grande. Eles foram descobrir a escola de Chicago anos depois que a gente a descobriu no Brasil. Era gozado, eu chegava lá e era um grande especialista em urbanização, porque eles não tinham lido boa parte de literatura pertinente. Então, realmente tinha uma distância muito grande. Isso me fez pensar também sobre a questão do paroquialismo na metrópole, porque tu tens também isso, com muita frequência... Tu moras em uma grande metrópole, mas tu tens grupos absolutamente paroquiais. Bom, no Rio de Janeiro tu tens isso com o negócio da Zona Sul, mas na França tinha pessoas que conheciam profundamente seu bairro, aí, quando eu falava que estava

morando em outro bairro, eles diziam: “Daquele lugar, eu não sei nada” e eu sabia mais. Então, são pessoas que conhecem o padeiro, o açougueiro, mas só de seu bairro. Estão na grande metrópole, mas circulam em um espaço pequeno.

C.C. – Uma dúvida: na Inglaterra ainda, você fazendo o doutorado, o teu orientador não era propriamente um antropólogo, não é? O que você teve de conhecimento de antropólogos ingleses, você assistiu aulas ou palestras?

R.O. – Sim, assisti várias. Um seminário muito interessante com o Ernest Gellner, que ele entrava em aula, falava e não interagia com o público. As pessoas escreviam para ele o que queriam saber e depois na aula ele dizia: “Eu quero dizer para o senhor Fulano”, ele nunca perguntava quem era o senhor Fulano, ele respondia... Depois assisti aulas com o Marc Bloch, com o Pitt Rivers, várias atividades que eram palestras e que você podia entrar livremente – não tinha chamada e nem nada. Então, eu fui à várias dessas atividades e também ao *University College* onde estava Mary Douglas.

C.C. – Tinha sido orientadora do Peter, não é?

R.O. – É. Depois o Peter, a Yvonne e eu estivemos na casa dela um pouco antes dela morrer. Até tem uma foto... Depois, *off the records*, eu vou te contar uma história da foto que eu tenho dela. [riso] Então, ela estava no *University College*. O SOAS também tem um departamento de Antropologia. O SOAS é a *School of Oriental and African Studies*, que também tem um departamento bom. E hoje em dia tem o *Goldsmith College*, que agora é um departamento muito melhor – naquele tempo, era mais marginal. Ele é muito longe, é longe do centro de Londres. Mas a vida intelectual na academia inglesa é muito diferente da vida americana, que você vai, que você tem créditos, você tem isso e aquilo. É um pouco: você está fazendo doutorado, você é pesquisador. Vai e faz o que você quiser. Ah, você vai estudar Rússia? Então, te inscreve em um curso sobre Rússia. Você precisa de Estatística? Faz um curso de Estatística. Não precisa? Então não faz. É aquele sistema inglês muito solto, que você pode fazer o que você bem entende. Eu, particularmente, gosto, mas depende muito da pessoa. Tem pessoa que gosta ter algo mais estruturado e com coisas que têm que ser feitas.

C.C. – Bom, essas pessoas que você mencionou, nenhuma delas se identificava com Antropologia Urbana. Na Inglaterra não sei se tinha isso já. Mas eu queria te perguntar que, em 78, 80, logo nesses anos do final do doutorado, você publica vários textos já sobre Antropologia em cidades. Como a Antropologia Urbana aparece na tua trajetória?

R.O. – Ela aparece... São duas coisas interessantes. Como ela aparece? Bom, um porque eu vinha trabalhando sobre isso e as pessoas sabiam que eu estava trabalhando sobre isso. Segundo, porque eu publiquei a tese como livro no Brasil (*Urbanização e Mudança Social no Brasil*) em uma época em que tinha menos publicações e, talvez por isso ou talvez pela qualidade do livro, ele teve quatro, cinco, não sei quantas edições. Depois eu publiquei um livro sobre antropologia de grupos urbanos, que era inicialmente um projeto do Melatti que ia sair pela UnB, acabou não saindo e as pessoas publicaram separadamente. Bom, depois as pessoas me convidavam para duas coisas: um para falar sobre cidade e Antropologia Urbana; e outra coisa que surgiu junto, sem que eu fizesse nenhum esforço, era falar sobre violência urbana, que foi uma coisa assim... Que eu falasse sobre Antropologia Urbana e etc... Bom, eu

estava me estabelecendo nessa área, estava começando a orientar... Bom, como a gente criou um mestrado em Antropologia Social na UFRGS, eu comecei a orientar várias teses, dissertações sobre isso, foi meio que vindo naturalmente.

C.C. – Nesse momento, o Gilberto já tinha feito... O *Utopia Urbana* não me lembro se é de 72?

R.O. – Começo de 70.

C.C. – É, você já tinha publicado e o José Guilherme Magnani na USP também já está...

R.O. – Não, Magnani é depois, década de 80, eu acho.

C.C. – Você tinha contato com o Gilberto?

R.O. – Tinha... Não, eu conhecia... Aí, então, deixa eu fazer uma voltazinha.

C.C. – Porque, em 80, você publica no *Desafio da Cidade* que ele organiza.

R.O. – Isso.

C.C. – “Por uma antropologia em cidades brasileiras”, não é?

R.O. – Isso.

C.C. – Eu reli esses dias até. É curioso, porque você fala ainda de ser uma espécie de tabu para a Antropologia estudar cidades, estudar na cidade ou a cidade. E que a Antropologia estava toda associada com índios e populações tradicionais.

R.O. – Eu disse isso? Eu te confesso que eu nunca releio o que escrevo.

C.C. – A palavra tabu está lá.

R.O. – Eu uso a palavra tabu? Assim, eu acho que textos são como filhos: você ajuda a colocar no mundo, assume a paternidade, mas depois eles andam por conta própria. [riso] Eu estou dizendo isso, mas não é tão brincadeira assim.

C.C. – O Gilberto sempre comentava que nesse início, anos 70, falar em Antropologia Urbana era visto pela comunidade de antropólogos brasileiros como algo menor ou estranho. Tem índios ou tem transformação de índios em camponeses, ou favelas no máximo, mas essa Antropologia Urbana, como passou a ser vista depois, era uma coisa periférica.

R.O. – Então, deixa eu chegar nisso. Hoje em dia, eu acho que isso é um dado da ABA, só dez por cento, nem sei se chega a dez por cento, dos antropólogos da ABA ou antropólogos brasileiros estudam populações indígenas o resto estuda populações não indígenas, que deve ter, claro, coisas rurais também, mas tem muita coisa que entra em urbano. No urbano pode entrar qualquer coisa: velhice em cidades, etc. Essa modificação é recente. Eu acho que era esse o sentido do artigo “Por uma Antropologia”. Era um pouco, assim, durante muito tempo

os antropólogos consideravam que Antropologia, eu acho que era isso que eu desenvolvia nesse artigo se não estou enganado, era estudar índios, talvez camponeses e, no máximo, estudos de comunidades. Era até aí que podia ir. E era considerada uma Ciência Social marginal, de segunda linha, por várias razões: uma porque ela não se ocupava dos grandes temas que eram Estado, sindicato, ideologia, tudo isso ela não fazia; e pior, ela se ocupava com a cultura que estava ligada a explicações culturalistas do atraso. Então, era pecaminosa em todos os sentidos. E o índio igual, em parte na literatura marxista, era um camponês em potencial. Então, não havia índio, havia camponês e estamos conversados. Ok. Estudos de comunidade eram criticados porque não davam conta do todo. Achavam que a comunidade era o todo e não conseguiam ver que era uma coisa mais ampla, aquela coisa toda. Bom, isso começa a mudar em um certo momento no Brasil, que é final da década de 60 e começo da década de 70, com várias coisas, de alguma maneira, o Museu Nacional foi precursor, não é? O DaMatta ter estudado índios, começar a estudar rituais em contextos urbanos, os trabalhos do Gilberto Velho e outros que seguiram. No começo, isso, claro, era olhado com uma certa desconfiança por outros antropólogos e os cientistas sociais meio que olhavam com certo desprezo: “Esses caras estudam coisas que não têm a menor importância. Estudam futebol que é ópio do povo. Carnaval que é um divertimento que dura uma semana”. O próprio Darcy Ribeiro, na época, criticava: “Agora deram para estudar homossexuais e prostitutas, onde já se viu? Não tem coisa mais importante para estudar?” Começou a ser levado mais a sério quando, a partir desses estudos, os antropólogos começaram, dá para usar dois termos, a dar pitacos ou dar interpretações sobre o que era o Brasil. Eles começaram a dizer: “Não é bem assim. Eu fiz um estudo tal e coisa, eu acho que o Brasil funciona de tal maneira e tal. Quer falar sobre corrupção? Bom, então, tu tens que olhar para outras coisas também”. Então, eles, gradativamente, começaram a fazer mais estudos, mais estudos de coisas atuais e próximas, e começaram a ter mais coragem de dar interpretações sobre o Brasil, não é? E junto coincidiu com a expansão da pós-graduação, que teve um número crescente de alunos que achou interessante fazer esse tipo de estudo. Então, aumentou o volume e aumentou as pessoas que participaram do debate. Hoje em dia, ninguém diria que, no Brasil, a Antropologia é uma ciência social de segunda linha ou coisa assim. Quando muito pode ter discussão, alguns cientistas políticos acham: “Vocês não trabalham com hipóteses, vocês não testam”. Mas ninguém poderia dizer: “Não, esses caras estão estudando uma coisa que é muito distante”.

C.C. – O Gilberto, você conheceu em que momento?

R.O. – O Gilberto eu conheci, assim... Outro ponto que eu queria levantar. O Gilberto eu acho que o conheci em uma SBPC, em 73 ou coisa assim. Eu acho que ele estava apresentando um trabalho de uma coisa que ele estava fazendo e eu conversei com ele. A gente, imediatamente, sintonizou. Eu sempre tive uma relação muito boa com ele. Depois teve uma outra coisa que também foi um marco importante, que, em dezembro de 1973, o Roberto DaMatta, que era bolsista do CNPq (uma coisa raríssima para a área de Ciências Sociais naquela época)... O presidente do CNPq pediu para ele fazer um levantamento do que tinha nas Ciências Sociais. Ele convocou uma reunião no Museu Nacional e mandou um convite, eu acho, para o departamento de Ciências Sociais - eu acho que era o pessoal da Política, Sociologia. Nenhum deles podia, era final de ano, e disseram: “Não, você vai. Você está criando um curso de especialização. Vai.”. Eu fui e foi muito bom, porque aí eu conheci o Roberto DaMatta e outros antropólogos brasileiros.

C.C. – Foi a primeira vez que você foi ao Museu?

R.O. – Eu acho que foi a primeira vez que eu fui ao Museu. Aí, eu conheci o Roberto DaMatta, eu conheci o Roque Laraia, o Sílvio Coelho. Era para ir a Maria Isaura Pereira de Queiroz, que não pode, foi a Eva Blay, que eu também conheci lá. Todas pessoas das quais eu fiquei muito amigo depois. Então, eu conheci essas pessoas que não conhecia, conheci o Museu. Eles ficaram sabendo que eu estava criando um curso de especialização e isso, assim, de alguma maneira, fez com que, não só eu, mas o nosso grupo passasse a ser conhecido: “Olha, têm uns caras que estão criando um curso de especialização na UFRGS”. Eu também disse: “Olha, estou indo para Inglaterra”. Então, eu acabei conhecendo essas pessoas e na volta eu, rapidamente, retomei o contato com eles. Então, na volta aconteceram várias coisas ao mesmo tempo: um, porque era uma época de muito mais efervescência, tinha muito mais coisa acontecendo e eu era convidado naturalmente. Tinha alguma coisa sobre cidade, Gilberto me convidava ou o Roberto Cardoso de Oliveira me convidou, coisas desse tipo.

C.C. – Isso tinha a ver, de alguma forma, com o momento político de abertura, de poder falar mais sobre os problemas da cidade?

R.O. – Tinha, tinha. Quando eu voltei, assim, o que me chamou a atenção eram duas coisas: um, que se falava muito sobre violência urbana. Quando eu saí, em 74, não tinha violência. Os militares...O país estava na mais absoluta calma, como se dizia. [riso] Quando eu voltei, todo mundo falava que tinha assalto, que tinha trombadinha, que tinha isso tudo em uma escala muito menor. E eu recebia um convite atrás do outro, todo mundo: “Você fez uma tese sobre urbanização? Você tem que falar sobre isso”, que não era uma coisa que eu tinha estudado. Então, eu acabei entrando nesse debate. Publiquei uns textos sobre isso, um até saiu no *Dados* também, em que analisava mesmo, que eu falava que estava havendo dramatização da violência. Eu peguei um dado que eu consegui sobre uma estimativa de quanto dinheiro os assaltos dos trombadinhas levantavam em um ano. Eu consegui dados de quanto tinha sido trombado no sistema financeiro e eu mostrei que era vinte vezes maior. [riso] Também, outra coisa, ninguém falava sobre violência no campo, era violência urbana e era de novo a teoria da modernização: “Nós estamos ficando modernos. É moderno morar em cidade. Morar em cidade tem um preço”. A Escola de Chicago dizia que era anonimato e aqui se dizia que era a violência. O que a gente pode fazer sobre isso? Eu participei com jornalistas, com delegados de polícia, com tudo isso. Não era algo que eu planejei. Por outro lado, tinha muita efervescência e vários novos atores sociais começaram a se constituir. Nessa época que o Gabeira voltou ao Brasil e disse que estava preocupado com o corpo. Os movimentos feministas, movimentos gays, renascimento da tradição gaúcha (já vou falar sobre isso agora), pentecostalismo, donas de casa contra a carestia, cada um tinha uma pauta diferente, mas todos estavam basicamente dizendo assim: “Nós somos todos brasileiros, mas cada um de nós tem uma especificidade. Faz diferença ser homem ou mulher brasileira. Faz diferença você ser gay ou não ser gay. Faz diferença você ser pentecostal”. Os gaúchos diziam assim: “Bom, nós somos brasileiros, mas um certo tipo de brasileiro”. Isso sempre era referido à cultura. Era sempre assim, a diferença era construída culturalmente.

C.C. – Um terreno para a Antropologia se espalhar, vamos dizer assim.

R.O. – Direto. Aí, o que aconteceu? Eu me lembro que eu tinha um colega sociólogo que me disse: “Agora eu entendi o que tu vens fazendo. Esse negócio da cultura é importante, mas o que a gente faz com a cultura?” “Cara, cultura não é catapora, que você tem que curar. Cultura é uma coisa que você vive no dia a dia”. [riso] A ideia era um pouco: como que eu ponho essa variável aqui dentro? Como eu ajusto essa peça, não é?

C.C. – A Sociologia, em geral, apesar de ser muito maior o campo em termos de número de pessoas, continuava mais com os temas tradicionais, não é?

R.O. – Muito. Tradicional e tinha uma predominância grande de um marxismo, que muitas vezes era um marxismo muito vulgar e reducionista. Quer dizer, ou você tinha consciência de classe ou você era alienado.

C.C. – Cultura era superestrutura, determinada.

R.O. – Não tinha nada a ver. Cultura era quase que igual ideologia. Foi interessante que, nessa época, a Eunice Durham ficou, durante muito tempo, trabalhando em um texto dela chamado *Cultura e ideologia*, do qual ela fez várias versões que ela circulava, até que ela publicou não me lembro onde. Mas era uma tentativa, assim: como você liga cultura com ideologia? Hoje em dia, pouca gente fala de ideologia e também quando você fala em cultura, você não tem obrigação de dizer qual é a relação que tem com a ideologia, se está junto ou não está junto. Mas era uma preocupação, porque o campo, o Peter Fry também fala isso, o campo era muito tomado por um certo tipo de marxismo, que passava muito pouco pelo Gramsci, porque o Gramsci tratava da cultura. Aí, eu voltei e comecei...

C.C. – Tinha o Althusser ainda, *Aparelhos ideológicos do Estado*, não é?

R.O. – Esse era uma praga, porque os alunos, quando aprendiam a regurgitar o Althusser, tudo era aparelho ideológico do Estado, tudo. Só terminou quando ele matou a coitada da mulher, e aí parou. [riso] O pior, assim, você lia o livro do Althusser, aí você dizia: “Mas tem isso”. “Ah, você tem que ler o novo livro dele agora, ele mudou a opinião”. Ele ia mudando. E é um negócio interessante, não é? Depois que teve essa tragédia, ele disse: “as pessoas achavam que eu entendia de marxismo, mas eu não entendia”. Virou uma espécie de mantra, uma espécie de *pret-à-penser* que tomava o negócio. Mas a coisa estava mudando. Então, o que aconteceu? Na graduação, quando eu voltei, comecei a dar aulas que eram justamente sobre cultura brasileira e sobre indústria cultural. Aí eu misturava tudo, pegava textos de antropólogos, colocava o Gramsci e contrapunha e etc.

C.C. – A indústria cultural tinha ainda a Escola de Frankfurt, Adorno e aquela coisa.

R.O. – Exato. Eu pegava, fazia eles lerem Adorno, Benjamin etc., achava que era importante saber. A gente contrapunha o Gramsci: “Olha, o Gramsci, quando fala do folclore, tem um outro enfoque”. Os dois são de esquerda, mas é um outro pensamento. E aí colocava algum texto de antropólogo. Não estou dizendo que foi só eu, mas eu e meus colegas, nessa época, conseguimos fazer com que Antropologia tivesse um número muito maior de alunos interessados. Quando a gente abriu o mestrado, logo de saída teve um grupo de excelentes alunos, que saíram da graduação de Ciências Sociais e História (a Chica, a Ondina e etc.) e que

se rebelavam, um pouco, com o que eles chamavam de a fábula dos três porquinhos. Boa parte das disciplinas de Sociologia inevitavelmente passava por Durkheim, Weber e Marx. Eles já não aguentavam mais, era sempre tudo igual. A Antropologia tinha outra perspectiva de dizer: “Bom, vai fazer trabalho de campo? Vamos ver. Vamos discutir”. Também o grupo nosso cresceu. A Cláudia Fonseca veio para cá. O Sérgio tinha terminado o mestrado. O Schmitz e o Rambo fizeram livre-docência, que deu o título de doutor para eles e a gente ia aproveitando. Passou uma francesa que tinha doutorado, não sei o que ela veio fazer aqui, e a gente já a colocou para dar aula. Eu não sei como a gente pagava, como fazia, porque eu acho que ela tinha visto de turista, mas ia fazendo.

C.C. – Na volta, em 79, é criado o mestrado em Antropologia.

R.O. – É. Ele é criado em uma situação *sui generis*. Eu já dava aula... Antes de viajar, eu fui convidado para dar uma disciplina no mestrado em Sociologia, que era uma disciplina de um ou dois créditos sobre urbanização – não sei se tinha esse título. Foi um pouco antes de eu ir para Londres. Quando eu voltei, a Sociologia tinha mudado inteiramente o currículo. Fizeram um currículo que era todo para entender o Capital, toda a lógica do Capital. E eles me perguntaram o que eu queria lecionar, eu digo: “Eu posso lecionar duas disciplinas. Uma chamada ‘Urbanização e mudança social na América Latina’”, eu já tinha lido muita coisa, “e a outra sobre sociedade e cultura no Brasil”. Eles se reuniram e disseram: “Isso não se encaixa no nosso programa, como você vai explicar o capitalismo?”. “Não sei. Os alunos vão fazer e eu vou explicar o que eles quiserem explicar. Não estou aqui para explicar o que é o capitalismo”. Ao mesmo tempo, eles não podiam me tirar do programa. Eles disseram: “Tudo bem. Essas disciplinas só podem ser dadas se estiver escrito na frente Antropologia Social, dois pontos, isso”. No começo eu não me dei conta, depois eu me dei conta que a gente acabou de criar duas disciplinas em nível de mestrado. Quando a gente for propor o nosso mestrado, a gente pode dizer que já havia duas disciplinas de Antropologia Social sendo lecionadas em nível de mestrado. Então, foi ótimo isso. [riso]

C.C. – Se eu não estou enganado, a Ana Luiza Carvalho da Rocha... O Gilberto orientou mesmo ele sendo do Rio, vinha aqui...

R.O. – Sim.

C.C. – Como era? Vocês importavam algumas orientações?

R.O. – Já vou falar. Bom, a gente propôs a criação do mestrado. Era um grupo pequeno também, hoje em dia não seria um número suficiente. Havia uma tensão entre a Política e a Sociologia que estavam junto, e a câmara de pós-graduação aprovou a criação do nosso mestrado desde que a gente passasse a fazer parte desse programa. Então, acabou estando os três programas juntos, o que não tinha acontecido no começo de 70.

C.C. – Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

R.O. – Isso. Ficou um programa junto e ficou junto até final de 85, depois os três programas se autonomizaram. Por um lado, para nós era interessante, porque a gente já ganhou uma secretaria, secretária, tudo isso tinha. Por outro lado, era uma dinâmica muito complicada,

muitos conflitos e aí o sistema era de rodízio. Quando chegou na vez da Antropologia ser coordenação, eu fiquei de coordenador. Fiquei 2 anos. Muito trabalho. Ao mesmo tempo, a gente foi crescendo. No começo, foi exatamente o que você falou, tinha poucos professores e tinha alunos que pediam para ser orientados fora e a gente, ou por não ter muitos professores ou por não ter experiência... Hoje em dia seria impensável, você diria: “Não, então vai estudar para lá”, ou, então, quando muito, co-orientador. Mas, naquela época, nós tivemos mais de um aluno que fez isso. Também a câmara da pós-graduação não tinha controle, podia. No caso do Gilberto foi muito bom. Ele orientou a Ana Luiza muito bem, funcionou bem. Também, a gente fez outra coisa que acho que foi muito sábia, que a gente fazia seleção a cada dois anos para ter mais tempo, para poder orientar, para poder escrever, para ir no passo certo. Durante muito tempo isso era usado contra nós, porque a gente não fazia seleção todos os anos. Eu sempre dizia: “Antropologia não é a ciência da diferença? Nós somos diferentes”. [risos] Bom, e a outra coisa que também surgiu, eu me lembro quando a gente criou o mestrado, tinha muita gente que dizia: “Ah, ótimo, vocês estão criando o mestrado, vão estudar coisas regionais”. Eu ficava olhando: “Eu acho que não. Nós vamos estudar coisas nacionais...”. E desde o começo, a gente criou uma coisa que não tinha na Sociologia e na Política, sempre que tinha uma defesa de dissertação, a gente chamava alguém de fora para ter um crivo externo e já colocava a pessoa para dar palestra também. Aí, tinha professores que vieram de fora. A gente contatou um professor de fora, o Robert Shiller, que tinha trabalhado no Museu. Então, sempre teve essa preocupação de se inserir nacionalmente e internacionalmente.

C.C. – Deixa só eu perguntar, porque tem uma pergunta encomendada. Eu entrevistei a Cornélia, Chica como vocês chamam, e a Ana Luiza juntas até, e teve uma hora que elas falaram: “Ah, falando com o Ruben, pergunta sobre isso”. Então, chegou a hora. [riso]

R.O. – Vamos ver o que elas estão aprontando. [riso]

C.C. – Cornélia falando: “Celso, foi um horror. A gente fez e aconteceu”. Elas tinham criado um grupo de estudos...

R.O. – GEAS: Grupo de Estudos de Antropologia Simbólica.

C.C. – Geas. “A gente pegou o Ruben e o Abílio de coordenadores e eles quase morreram com a gente”. Depois: “Ah, vai ser meu orientador por quê, não é? Porque tendo aula com o Ruben não tem como não se apaixonar por Antropologia Urbana. Eu desisti de Arqueologia de vez”.

R.O. – Quem disse isso?

C.C. – A Cornélia. Mas elas falaram que vocês sofreram nas mãos delas. Elas faziam uma espécie de curso paralelo, sei lá. Tinha a Carmen também, não é? Como chama o apelido dela aqui?

R.O. – Peninha.

C.C. – Peninha. “Elas aterrorizavam...”

R.O. – Não, elas aprontavam, mas eu acho que era altamente positivo, era assim...

C.C. – Terríveis estudantes. [riso]

R.O. – A turma delas era muito dinâmica, muito interessadas e isso foi uma das coisas que ajudou a dar nível para o curso, porque eram bons alunos, boas aulas e boas orientações. E elas criaram um negócio chamado Geas – Grupo de Estudos em Antropologia Simbólica, que era a identidade delas. Chegou um ponto que, eu acho, elas registraram em cartório o tal do Geas. Bom, elas incomodavam, mas no bom sentido. Elas quiseram ter um curso de Psicanálise. Então, elas entraram em contato com o cara que era o bambambam da Universidade em Psicanálise, eu conhecia ele pessoalmente, e propuseram que ele desse um curso. Ele topou. Ele já era mais velho, estava meio marginalizado no curso dele e ele topou desde que fosse na Medicina, ou no hospital que ele trabalhava. Mas aí disse que ele precisava que eu fosse junto com elas para falar com elas, porque ele queria tirar a limpo que aquilo era sério. Nós fomos lá e propusemos. Fizemos um curso de Psicanálise. O cara deu um curso de Psicanálise para não psicanalistas. Eu achei fantástico. Elas viviam organizando seminários com os mais variados nomes, faziam contato, convidavam, não sei o quê e sempre queriam que aparecesse o nome Geas, não é? Para mim não tinha problema nenhum, aparecia Geas, pós-graduação. Elas ficavam meio bravas quando algum convidado dizia assim: “eu fui convidado lá pelo programa de pós-graduação”. “Não, é o Geas”. Para as pessoas era a mesma coisa, não é? E elas estavam sempre pedindo coisas ou agitando para fazer coisas. Eu acho que foi altamente positivo. Dá trabalho porque...

C.C. – Você não tem essa percepção de que quase morreram com a gente. [riso]

R.O. – Não.

C.C. – Isso era paralelo da estrutura, vamos dizer, curricular do curso, não é?

R.O. – Era basicamente organizar seminários e atividades. O Gilberto veio aqui, a Eunice veio aqui, Diatahy Bezerra de Menezes veio aqui, um monte de atividades. Eu acho até que elas faziam os pedidos de dinheiro. Então, por um lado dava trabalho, porque acabava envolvido, os caras telefonavam para a coordenação ou coisa assim. Quando vinham, claro, como eu conhecia as pessoas, sempre estava envolvido. Eu, pessoalmente, nunca tive nenhum conflito. Talvez o Abílio, por ser da Ciência Política, deveria dizer: “Bom, esse pessoal da Antropologia apronta muito, está sempre pedindo coisas”. Eu nunca tive maior conflito com isso. Eu acho, assim, que foi positivo. Hoje em dia, não tem mais... Mas também, assim, as coisas eram muito mais informais naquela época, não é? Agora, eu acho que foi importante para elas, porque elas faziam um grupo de estudos, elas pegavam filósofos para trabalhar Escola de Frankfurt. Então, elas estavam sempre fazendo demandas.

C.C. – Funcionava, como hoje se diria, como um coletivo.

R.O. – Como um coletivo e como todo coletivo ele pode ser bom, mas ele vai... Se tu estas no dia a dia vendo Capes, vendo isso, vendo aquilo, tu dizes: “Agora mais essa”. [riso] Então, pode ser que no dia a dia as pessoas podem: “Está me dando trabalho”. Mas, eu olhando assim, eu acho que fui altamente positivo e eu sempre me dei muito bem com todas elas, não é? E a Chica, do negócio da Arqueologia, brinca, porque ela pediu para eu orientar ela e eu acho que

ela queria fazer um negócio rural, camponês. Eu digo: “Chica, camponês eu não entendo nada, mal conheço as coisas que têm no meu jardim. Tem que ser coisa urbana”. Ela voltou e disse: “Pode ser mineiro de carvão?”. Eu digo: “Está bom, mineiro de carvão está próximo da cidade”. [riso] Então, ela vive brincando com essa história, porque ela não estudou camponês, foi estudar mineiro de carvão, porque o campo não era o meu forte, não é?

C.C. – Depois, ela continuou na França, não é?

R.O. – Continuou na França. Aliás, isso foi um negócio interessante. Ela continuou na França com o Jacques Gutwirth, um cara que ficou muito amigo, a gente ficou muito amigos. Ele faleceu alguns anos atrás. Na Antropologia tem várias coisas... Aquela discussão sobre o acaso, o acaso que não é tão acaso.

C.C. – Virou número lá do... O Becker, no Museu, falou sobre isso publicando alguma coisa sobre o acaso.

R.O. – Um negócio sobre uma entrevista que ele deu no Mana, não é isso?

C.C. – Foi, era no Mana. Tem.

R.O. – É. Era um pouco assim. O que aconteceu? Naquela época, surgiu a possibilidade de ter Cofecub, um convênio de cooperação com a França e a gente achou: “Vamos aproveitar isso, isso vai dar um...”.

C.C. – Cofecub estava começando nesse momento?

R.O. – Na década de 80. Um grande programa com a França em que o Brasil colocava uma nota enorme, o Brasil é que colocava a maior parte do dinheiro. Ele previa mandar estudantes que iam fazer doutorado, receber professores franceses que vinham para cá e professores nossos que iam para lá. Então, precisava ter um coordenador aqui e um coordenador lá. Quem estava cuidando das coisas por aqui eram o Sérgio e a Cláudia, que eu acho, estava terminando o doutorado estado dela lá. Aí, o Sérgio disse: “Vou falar com a Cláudia para ver se ela consegue um coordenador para nós”. [riso] E ela saiu perguntando e descobriu que tinha um cara chamado Jacques Gutwirth, que é um dos criadores da Antropologia Urbana na França, para tu veres as coincidências, ele dirigiu, durante muitos anos, o laboratório de Antropologia Urbana do Centre National de Recherche Scientifique. A Antropologia Urbana na França tem muito mais resistência do que tem aqui. Ele era um judeu da Antuérpia, o pai dele trabalhava com diamantes, e durante a guerra veio para o Rio, e ele passou a adolescência dele no Rio. Ele falava português fluentemente. Aliás, falava umas oito ou nove línguas. Aí, a Claudia procurou ele. Precisava de um coordenador francês e ele era pesquisador do CNRS e dava aula em Paris V. Ela perguntou se ele não toparia ser o coordenador e ele topou, porque ele disse: “Eu devo muito ao Brasil. O Brasil recebeu a mim e a minha família e etc. Eu topo”. Ele veio para cá e deu um curso aqui. Eu estive duas vezes lá, uma vez, até Arabela e eu nos hospedamos na casa dele. Ele aceitou orientar a Chica e eu disse para a Chica: “Olha, Chica, eu acho que não tem sentido continuar a estudar mineiros no Brasil. Como vais estar na França, se tu queres continuar a estudar mineiro, estudas mineiros na França”. Então, a Chica foi uma das primeiras pessoas a fazer algo que agora a gente incentiva muito. Para todos os nossos alunos que iam

fazer sanduíche, eu sempre dizia: “Não, tu não vais ficar lá só lendo, não é? Estuda alguma coisa lá que tem a ver com a tua tese ou que não tem a ver com a tua tese, para ter uma experiência de campo”. Então, a Chica fez isso. Foi uma das primeiras pessoas a pesquisar na França, orientada pelo Jacques Gutwirth, que foi uma pessoa que teve um vínculo muito forte... A gente deu para homenagear ele... Os nossos bolsistas de pós-doutorado PNPd a gente chamada de bolsa Jacques Gutwirth.

C.C. – Ah é?

R.O. – É. Ficou um negócio legal. Ficou, assim, uma homenagem a ele, porque é um cara que merece ser lembrado, e segundo que valoriza. Quer dizer, como nos Estados Unidos que você tem uma cátedra com um nome é diferente de ter cátedra sem nome, não é? Então, a gente resolveu homenagear ele.

C.C. – Bom, em 85, o programa de pós-graduação fica autônomo?

R.O. – Em 85, ele fica autônomo.

C.C. – Bom, aí já tem mais pessoas. Tem uma massa crítica maior já, não é?

R.O. – Sim. A massa crítica foi muito difícil. Nós ficamos no departamento de Ciências Sociais até 93, eu acho, eu estava nos Estados Unidos. A minha grande batalha era conseguir mais vagas para a Antropologia. Sempre que vinha uma vaga para o departamento, era muito difícil conseguir uma vaga para Antropologia.

C.C. – A Sociologia devia ser hegemônica.

R.O. – Sim. Era uma briga e olha, tinha que batalhar, falar com um por um. Mas a gente conseguiu aumentar. Quando eu entrei no departamento de Ciências Sociais, eu era o quinto professor de Antropologia. Quinto? Sim. O departamento, atualmente, está com dezesseis professores e cada vaga foi suada. Então, a gente conseguiu... Bom, em 85, a gente fez um concurso que entraram Chica, Ondina, Maria Eunice. Depois a gente fez um outro concurso. Então, a gente começou ter uma massa crítica e fez outra coisa: todo mundo que entrava, a gente mandava, durante o estágio probatório ainda (naquela época podia), sair para fazer o doutorado, porque a gente queria que o departamento fosse cem por cento de doutores.

C.C. – Logo em 86, 88, você também tem atuação como secretário-executivo da ABA.

R.O. – Sim.

C.C. – Você começa a participar da ABA quando?

R.O. – A primeira vez que eu estive em uma ABA foi em Recife, em 78. Quando eu voltei da Inglaterra, teve uma reunião em Recife e lá foi a primeira reunião que eu fui. Durante o regime militar, a ABA ficou mermando, como se diz em gauchês, adormecida.

C.C. – Ficou como?

R.O. – Mermando. Mermando é não fazer nada. [riso]

C.C. – Em banho-maria.

R.O. – Em banho-maria durante a Ditadura. O presidente era o Professor Manuel Diegues Júnior. Mas ela não pode fazer muito até 74, mais ou menos, quando o Sílvio Coelho fez uma reunião em Santa Catarina para fazer a ABA voltar a funcionar. Aí, teve uma outra reunião em 76...

C.C. – A Miriam Pillar Grossi contou muito sobre essa reunião na entrevista dela.

R.O. – É, foi uma reunião muito importante. Eu não pude ir, porque já estava indo para a Inglaterra. Depois teve uma outra em 76, que cresceu. Eu fui na de 78, que foi bem maior, e a partir daí eu comecei a participar. Foi tudo muito rápido. Eu acho, assim, a minha geração tem uma coisa que eu acho importante assinalar: as coisas praticamente nos convocaram. Aos trinta e poucos anos eu estava no conselho da ABA, estava na diretoria da Anpocs, fui coordenador de pós-graduação. Digamos, hoje em dia é mais difícil, nessa idade, você estar nisso. Mas era um pouco, assim, a nossa geração, pelas circunstâncias, estava sendo convocada, estimulada a criar uma série de coisas novas e assumir.

C.C. – Também era um universo muito menor. Uma reunião da ABA de 78 devia ter poucas centenas de pessoas talvez. Hoje em dia são alguns milhares, não é?

R.O. – Hoje em dia é enlouquecedor. Eu fiz uma reunião, quando fui presidente da ABA, em Gramado em 2002 e todo mundo me diz agora: “Hoje em dia, não haveria condições de, no espaço que você fez, fazer a reunião”. Não, hoje em dia é tudo dois mil, três mil. Mas, naquela época, também começou a crescer. Outra coisa que cresceu junto... Depois eu queria voltar a algumas coisas que você falou. A gente fez uma coisa que a gente chamava de Abinha, que começou com o pessoal de Santa Catarina convidando a nós e o pessoal do Paraná para fazer uma reunião para um conhecer o trabalho dos outros. A primeira reunião cabia tudo, eu acho, em uma Kombi. Aí, depois, o Paraná fez ou a gente fez e aí já precisava mais. Depois foi no Paraná e foi maior. Quando eu voltei... Eu saí, fui para Berkeley em 93 a 94. Aí, quando eu voltei, me pediram para coordenar o programa de novo. Disseram: “Olha, tem que fazer a Abinha”. Mas todo mundo disse: “A Abinha já está com trezentas, quatrocentas pessoas”. Eu digo: “Bom, então já não é mais Abinha”. Naquela época, todo mundo falava de Mercosul. Aí, eu disse: “Não, vamos fazer uma reunião Mercosul de Antropologia”. Tinha gente que era contra, a Miriam Pillar Grossi disse: “Não, você vai terminar com o caráter íntimo e não sei o quê”. “Mas não é mais íntimo, já está grande”. Aí, tive que fazer uma reunião que chamava Reunião, a gente nem colocou primeira, porque não imaginava que ia ter outra, Reunião Merco, entre parênteses, sul de Antropologia². Foi em Tramandaí, que é uma praia aqui perto, em setembro. Ventava até não poder mais. A gente convidou Marc Augé, que veio com a passagem paga pela *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales*. A Claudia mandou uma carta dizendo que Tramandaí “est une ville sur la mer”. O cara chegou e queria ver a tal da mer. [risos] O cabelo dele voava de para um lado, para o outro. A gente fez uma reunião baratíssima e subitamente tinha quinhentas pessoas. Veio gente do México, veio gente da Argentina.

² Reunião (Merco)sul de Antropologia.

C.C. – Eu estive na que teve no Uruguai agora, em Montevideú. Foi uma coisa gigantesca.

R.O. – Exatamente.

C.C. – Reunião de Antropologia do Mercosul que ficou.

R.O. – Começou com a tal da Abinha. Eu fiz a tal da Mercosul imaginando que não ia ser tão grande e foi maior. Está tudo crescendo, não é? Hoje em dia, qualquer reunião tem três mil... Agora, com a crise, eu não sei, mas...

C.C. – Inclusive, a preocupação de onde fazer, porque tem lugares que não... Quer dizer, poucos lugares comportam uma reunião de três, quatro mil pessoas, não é?

R.O. – Sim, sim, o que mostra como esse é o campo. Agora, assim, naquela época, de alguma maneira, você era chamado, convocado para fazer as coisas. Quando eu voltei do doutorado, primeiro eu entrei no conselho do BIB...

C.C. – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais.

R.O. – Era eu, Otávio Velho, Ruth Cardoso e etc. Depois a gente foi chamado para fazer parte da diretoria. Em 86, a Manuela assumiu a presidência da ABA e me convidou para ser secretário-geral. A estrutura da ABA era uma estrutura bem mais simples: era presidente, secretário e tesoureiro. Era só isso. E era um em cada lugar, o que também é uma loucura, sem ter internet ainda, sem ter nada disso. A Manuela trabalhou muito, principalmente na questão indígena, na questão da Constituição e etc. A Manuela foi uma das presidentes mais dinâmicas que a ABA teve. E foi muito bom trabalhar com ela, porque ela é uma pessoa muito dinâmica, muito boa cabeça, que te ouve e etc. Já, naquela época, eu me dei conta de uma coisa que sempre me chamava a atenção, todo mundo sempre dizia: “A ABA é pobre, a ABA é pobre, mas a Anpocs é rica, a Anpocs é rica”. Eu sempre dizia: “Como a ABA pode ser pobre e a Anpocs pode ser rica?”. Eu não sei se eu falo agora de quando eu fui presidente da ABA. Eu queria te falar uns outros negócios acadêmicos ainda.

C.C. – É, você queria voltar.

R.O. – Então, deixa eu voltar. Uma outra coisa que aconteceu quando eu voltei, eu me envolvi na década de 80 com um grupo chamado Cultura Brasileira, que é um grupo que era Renato Ortiz, Maria Isaura Pereira de Queiroz, eu e outras pessoas. A gente fez um primeiro seminário... O Renato Ortiz era professor da UFMG e ele organizou um seminário em Ouro Preto chamado “Cultura Brasileira?” O ponto de interrogação era importante, as pessoas estavam discutindo se havia alguma coisa chamada cultura brasileira. Era um grupo muito pequeno. Depois, a gente fez mais dois ou três seminários já sem o ponto de interrogação. Eu não me lembro... Um foi a Maria Isaura... O grupo depois foi para a Anpocs e virou um grupo que chamava “Sociologia da Cultura Brasileira”. A Maria Isaura dizia que o grupo era da Anpocs e do Ceru, ninguém que tinha coragem de explicar para ela que se era da Anpocs não podia ser do CERU. Se a Maria Isaura dizia, era. [riso] Ela sempre insistia em colocar Ceru junto. O Renato foi coordenador, ela foi coordenadora, depois eu fui coordenador. E nesses

encontros que a gente fazia tanto em... Foi em Ouro Preto esses seminários. Como na Anpocs, a gente convidava pessoas diferentes. A gente convidou Darcy Ribeiro, Luiz Costa Lima, a gente convidou um produtor da Globo para falar sobre produção de novelas e etc. E se discutia duas coisas: uma era o que era essa coisa chamada cultura brasileira, quais são os debates que tem desde os debates históricos do tempo do Gilberto Freyre até hoje em dia; e, segundo, era juntar uma série de produções que havia, principalmente, na Sociologia e na Antropologia, de trabalhos feitos sobre isso. Até teve um cara depois, um professor da UnB, que eu acho que queria fazer um trabalho sobre isso, perguntou que dados eu tinha. Mas a gente ia fazendo, mas de repente eu digo: “Virou história?”. “Não, isso é história”. “Mas a gente, quando faz, não se dá conta, não é?”. Então, eu transitava, eu acho, um pouco entre essa ideia de Antropologia Urbana e ao mesmo tempo de cultura brasileira que tinha pessoas de diferentes áreas. Sempre fiz questão de transitar livremente. E, aí, veio um negócio que era seguinte, eu estava dando um seminário sobre cultura... Vocês querem café, alguma coisa?

C.C. – Não, não.

R.O. – Eu dava um seminário aqui sobre sociedade e cultura no Brasil e a gente tinha aceito em uma turma dois alunos que eram tradicionalistas, membros ativos do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Terminou o curso e eles disseram: “Ah, professor, muito interessante, mas eu vi que só tinha *um* artigo sobre o Rio Grande do Sul. Então, o senhor acha que o Rio Grande do Sul não faz parte da cultura brasileira?”. *Good question*. [riso] Bom, ao mesmo tempo... Isso coincidiu com o ressurgimento do tradicionalismo gaúcho, que começou a explodir: quarenta festivais de música, editoras, jornais, polêmicas, programas de televisão, as pessoas andando com bombacha para tudo quanto é lugar. E o pessoal no centro do país perguntava: “Você não vai estudar isso?”. Eu não tinha a menor vivência disso, não entendia nada de história do Rio Grande do Sul – muito pouco, pelo menos.

C.C. – O tema se impôs. Já que você mora lá, está acontecendo.

R.O. – “Você estuda cultura brasileira, você tem que estudar isso”. Quando eu comecei a estudar, aí era o contrário, várias pessoas brincavam: “Ah, agora você vai usar bombacha, vai usar isso ou aquilo”. E outras diziam assim: “Pô Ruben, você está regredindo. Você se estabeleceu como uma pessoa que é autoridade em cultura brasileira, agora você está estudando um negócio regional”. No começo, eu ficava meio assim, mas depois eu disse: “Não, eu, na verdade, estou progredindo. Estou estudando uma coisa que tem a ver com a globalização, a recriação das tradições”. “Ah”. Eu comecei a olhar essas coisas todas e me dei conta, assim, que eu estava com uma mina e resolvi começar a estudar isso. Aí sim, eu fiz um seminário sobre sociedade e cultura no Rio Grande do Sul e aí eu estudei a beça a história do Rio Grande do Sul, comecei a ler, estudar isso e aquilo.

C.C. – Esse é o estudo que dá no *A Parte e o Todo*?

R.O. – *A Parte e o Todo* é esse.

C.C. – É o resultado?

R.O. – É o resultado disso. Aí eu montei um arquivo de coisas sobre cultura gaúcha, coisas que estavam saindo: recortes de jornais, entrevistas. Eu entrevistei os tradicionalistas, fui em festival de música, fui em congressos tradicionalistas, essas coisas todas. Bom, aí eu incorporei isso junto com a discussão sobre o que é cultura brasileira, mas também tentando mostrar como a modernidade e a globalização não terminam com a tradição, mas, ao contrário, reforça ela e etc. Fui um pouco por essa linha. Até hoje em dia os tradicionalistas me... Uma das coisas mais interessantes foi quando eu publiquei o livro, eu estava um pouco preocupado com a reação dos tradicionalistas e vários deles escrevem, publicam. E um deles, era o cara mais culto de todos eles, ele disse: “Eu li seu livro, eu gostei muito. Aliás, eu vou usar seu livro como um reforço a uma tese que vou apresentar no próximo congresso tradicionalista”. [riso] Eu me dei conta do que a gente faz com os dados dos nativos e este tipo de nativo faz com nossos livros, não é? Eu achei mais do que justo. Mas deixa eu voltar... Depois eu volto ao que eu estou fazendo atualmente. Deixa eu voltar à ABA. Bom, a ABA sempre era a prima pobre, prima pobre, tal e coisa. Em um certo momento, as pessoas me pediram para eu ser presidente. Pode parecer falsa modéstia, mas eu nunca me candidatei a nada, eu, literalmente, fui convocado para essas coisas todas. Aí, em 98, várias pessoas perguntaram se eu não queria ser presidente da ABA e naquele momento eu não estava em condições, eu digo: “Ainda não”. Me liga a Yonne Leite, uma pessoa que eu gosto muito e etc., e ela me diz: “Ruben, você é candidato para presidente?” Eu digo: “Não, eu já disse para todo mundo que eu não sou”. “Bom, se você não for, aí eu vou aceitar me candidatar, porque eu estou sendo sondada”. Eu digo: “Ótimo, tem meu apoio”. Ela diz: “Mas tem uma condição”. Eu digo: “Qual é?”. “Você vai ter que ser meu vice”. Bom, não podia dizer que não. Foi muito bom, porque eu pude acompanhar de perto tudo o que estava havendo e eu sabia que, dois anos depois, aí eu ia ter que ser presidente. Então, assim, por um lado eu ajudei ela muito com coisas que ela precisava, por outro lado ela pediu para eu fazer uma reforma dos estatutos. Aí, eu reformei os estatutos todos, ampliei o número de cargos para poder ter... Porque, de novo, ela era presidente e era do Museu, a secretária estava no IFCS e a tesoureira estava na UERJ. Uma cidade do tamanho do Rio de Janeiro para se reunir, não se reuniam nunca, era uma dificuldade. Bom, aí, quando eu assumi, eu já estava com tudo pronto: já sabia o que eu queria, já tinha feito contato de financiamento e não sei o quê. Uma das primeiras coisas que a gente fez foi fazer... Eu digo assim: “Essa história de que a gente é pobre não faz nenhum sentido”. A gente fez uma campanha para sócios usando cartão de crédito. Aí, subitamente começou a entrar dinheiro. A gente ainda fez outra coisa que eu nunca imaginava que ia ter esse resultado, que era criar o cartão de identidade de sócios. A gente brincava que era um cartão plástico, identidade é um coisa plástica, e eu imaginei que isso ia agradar os sócios mais jovens. Tudo que era pessoa da minha idade que eu encontrava dizia: “Oh, presidente, está aqui”. Bom, cada ano tinha uma cor, se o cara não tivesse pago... “tu não pagou”... [riso]

C.C. – Agora pode colocar foto, não é? Você manda a foto e tem a carteirinha de antropólogo.

R.O. – Atualmente, a secretaria da ABA se mantém só com as anuidades.

C.C. – Mas agora ficou fixa na UnB a secretaria.

R.O. – Agora está na UnB. A gente tinha que fazer duas coisas ao mesmo tempo: uma, mexer em toda a parte de secretaria e tesouraria. Então, assim, a gente começou a conseguir muito dinheiro de anuidade. Eu tinha feito uma série de contatos e consegui dinheiro com a Ford,

CNPq, Capes e etc. Tinha estado no comitê do CNPq, então fui lá e fiz visita. Então, a gente estava com... Difícil não era conseguir dinheiro, era conseguir pessoas que gastassem bem o dinheiro. Ao mesmo tempo, a gente tocou um monte de atividades. A gente fez vários seminários em tudo quanto é lugar do Brasil e etc. De alguma maneira, deu um impulso para a institucionalização. A gente criou uma conta bancária do Banco do Brasil que você podia transferir de uma cidade para outra.

C.C. – Tinha os prêmios também, não é?

R.O. – Os prêmios. Foi um período que a gente trabalhou até não poder mais. A gente realmente... A secretaria-geral, a secretaria-geral adjunta mais a tesouraria estavam aqui. Então, era um grupo, um núcleo e a gente se encontrava todos os dias, trabalhava, brigava, brincava, isso e aquilo. Foi muito gratificante, mas tudo você tinha que começar do zero, você tinha que, ao mesmo tempo, criar infraestrutura para poder fazer os programas que você queria e foi muito bom. Desse ponto de vista foi muito gratificante, deu bons resultados, eu fiz bons amigos. Aí, eu descobri duas coisas: uma é o poder de mobilização que a ABA tinha. Eu, quando pedia as coisas, pedia: “Será que...?”. “Não, presidente da ABA não pede, convoca”. Então, você falou em ABA, todo mundo queria ajudar. E outra era o prestígio que a ABA tinha externamente. Eu tinha que encaminhar as moções que foram aprovadas pela assembleia na qual fui eleito. Eu achei: “Vou mandar carta e não vai acontecer nada”. Todos responderam: carta assinada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, carta da Presidência da República e não sei o quê. Aí, eu tive uma ideia, a carta do Supremo tinha um papel com uma gramatura desse tamanho. Eu digo: “É disso que nós precisamos”. Porque uma das coisas que eu aprendi com a Yonne... A Yonne dizia o seguinte: “Meu pai tinha uma empresa e ele dizia que você pode reconhecer a empresa pela qualidade do papel de carta”. Aí, eu digo: “O sócio da ABA está pagando, ele merece receber coisas em boa qualidade”. Então, a ideia é assim, tudo o que a gente fizesse teria boa qualidade. A gente pechinchava no preço, mas sempre pegava o melhor. Isso impressionava externamente e o sócio também. O sócio quer ter uma carteira bonita, com foto, ele não quer ser tratado como chinfrim. Então, essa foi uma experiência muito boa. Eu tive uma outra experiência depois, na Anpocs.

C.C. – Mas só uma dúvida. Quando você está na presidência da ABA, você também está no Conselho Deliberativo do CNPq, não?

R.O. – Deixa eu tentar me lembrar. Eu fiquei uns cinco anos... Eu era presidente do Comitê de Ciências Sociais, que tem Antropologia, Sociologia, Política e Arqueologia. Aí, eu fui eleito para o Conselho Deliberativo, que eu acho que coincidiu.

C.C. – Isso não te facilitava, vamos dizer, o acesso a conseguir financiamentos?

R.O. – Sim, facilitou. Eu tenho horror de pedir favor pessoal, mas eu não tenho nenhum problema de pedir coisas institucionais. No caso desses órgãos, quando eu fui presidente da Anpocs, o fato de ter trabalhado nesses lugares, contava. Quando você vai falar... Bom que você tem um acesso mais facilmente ao presidente e ele está acostumado a receber quinhentos pedidos individuais, que ele acha desagradável. Quando vem alguém que diz: “Olha, estou pedindo para a instituição”, é mais fácil. Então, eu tinha, assim, bons contatos. A mesma coisa aconteceu na Anpocs. A Anpocs tem uma estrutura completamente diferente da ABA. A ABA

é muito presidencial. Tudo vai para a figura do presidente. É quase imperial, como as pessoas dizem. [riso] O presidente faz, o presidente... Tudo vai para ele. A Anpocs tem uma estrutura, que foi bolada desde o começo, que a figura mais central é o secretário-executivo.

C.C. – A estrutura também, não é? São as instituições, os programas e centros de pesquisas que são associados, não são individuais.

R.O. – É completamente diferente, são programas de pesquisa, ela tem uma sede na USP (então, a USP tem uma influência muito importante). O secretário-executivo e adjunto sempre são de São Paulo ou da Unicamp.

C.C. – O teu secretário-executivo...?

R.O. – Foi o Marcelo Ridenti e o adjunto, o Gildo Marçal Brandão, que faleceu. Antes de mim, teve uma situação excepcional, teve uma crise que era da Ciência Política. A Ciência Política não conseguia chegar a nome nenhum e chegaram ao do Gabriel, que também era de São Paulo.

C.C. – Ele era da Sociologia, não é? A Ciência Política não conseguiu indicar.

R.O. – O Gabriel é sociólogo, mas ele era da Ciência Política, aquelas coisas da USP. Em um certo momento ele saiu e foi para a Ciência Política. Então, ele era sociólogo, mas na Ciência Política. A USP é cheia dessas coisas. Bom, aí era a vez da Antropologia, porque na Anpocs há uma espécie de rodízio. Aí, consultaram a Antropologia e indicaram meu nome. Aí, eu falei com o Marcelo e o Gildo, dos quais eu fiquei muito amigo depois, e disse: “Bom, eu quero saber exatamente o que vocês estão pensando. Eu sei que é um negócio diferente da ABA, mas eu não tenho vocação para ser rainha da Inglaterra. Então, eu preciso que me digam o que vocês estão esperando de mim”. E eles acharam ótimo, porque eles disseram: “Bom, um que nós estamos sem nenhum antropólogo na diretoria. Importante ter alguém antropólogo. Então, esse é o teu papel natural. Segundo, nós estamos com problema de caixa, estamos sem dinheiro. Nós vamos precisar, inclusive, demitir pessoas. Para nós, demitir é complicado, então teria que ser tu. E a gente tem muito conflito aqui, que é complicado, a gente vai precisar de alguém de fora”. Eu digo: “Tudo bem”. Aí, eu digo: “Bom, não vamos sair demitindo. Vou ver se eu consigo mais dinheiro”. Aí, eu fiz umas viagens para o CNPq, Capes, Finep. Eu tinha, naquela época, bons contatos e consegui um bom dinheiro. As pessoas acham que eu faço milagres. Hoje em dia, eu não conseguiria, mas, naquela época, eu acho que tinha mais recursos e eu era a pessoas certa no lugar certo. [riso] Mas essa fantasia que eu vou lá e fabrico dinheiro, também não é assim. Então, isso foi uma das coisas que eu fiz. Bom, o contato com os antropólogos era fácil, porque eu os conhecia. Outra coisa que eles fizeram, que eles combinaram comigo... Sempre que tem um conflito na USP, os paulistas acham que é um conflito nacional. Eu sempre dizia: “Desculpe, mas isso é um problema local. Se tivesse ocorrido em Porto Alegre, vocês iam dizer que é local. Além do que a Anpocs fez uma coisa de errado com essa pessoa? Não. Então, desculpe”. Bom, e aí dizia assim: “Qualquer coisa, você sempre pode dizer que isso é prerrogativa do presidente, que eles falem comigo”. E eles faziam isso o tempo inteiro. E aí ninguém ligava para dizer: “Olha, Ruben, eu briguei com o Fulano”. [riso] Funcionou e a gente funcionou muito bem de novo: a gente estava em contato o tempo inteiro, discutia o tempo inteiro, conversava. Os dois são muito diferentes, mas a gente se deu maravilhosamente bem. A gente formou uma trinca tão boa, que quando terminou a nossa gestão, a gente estava às três

da manhã lá em Caxambu em volta da piscina. Aparece um cara que tinha bebido um pouco e ele diz assim: “Eu tenha a pergunta que não quer calar”. “Qual é?”. Ele diz: “Vocês três são do Partido Comunista?”. [riso] A gente começou a rir e o Gildo disse: “Eu fui, mas não sou mais”. O Marcelo disse: “Eu sou de esquerda, mas nunca fui...”. Eu digo: “Eu também não. Por quê?”. “Não, porque vocês fazem um grupo tão coeso, todo mundo acha que vocês são do Partido Comunista”. [riso] A gente morreu de rir com essa história. Mas foi uma experiência também boa, completamente diferente da ABA. Eu me dei conta, assim, que uma coisa é você dirigir uma instituição que todo mundo espera que você faça, você decida, que você seja rápido. A outra é mais complicada: tem programas, são três disciplinas diferentes, tem áreas, tem isso, tem aquilo. Também foi uma experiência muito boa, que eu guardo boas recordações.

C.C. – Você falou aí da fama de fabricar dinheiro, conseguir dinheiro. Eu queria não deixar de falar da tua experiência lá na Califórnia, em Berkeley, que você acabou estudando dinheiro também.

R.O. – Era sobre isso que eu queria falar.

C.C. – Então, 93 até final de 94. Foi mais de um ano, não é?

R.O. – Isso. Aí tem, assim, entre as várias coisas que eu faço, eu estudo música popular. Esse é um negócio bem freudiano. A casa dos meus pais é um museu. Meu pai já tinha morrido, minha mãe morreu há três anos atrás e nós não conseguimos desmontar a casa toda. Nós já conseguimos mandar várias coisas que eram obras do meu avô, que era escritor, para Academia da Arte em Berlim. A história da família, a gente está mandando para o Museu Judaico de Berlim, etc. Mas tem... Nada ia fora, todos os óculos que meu pai usou, ele guardava. Meu pai era importador de peças de automóvel. Ele importava coisas para casa duas, três vezes. Tudo sempre estava lá no sótão. E minha mãe gostava muito de música erudita. A mãe dela tocava piano e ela valorizava isso muito. O meu pai gostava muito de jazz. O meu pai trabalhava em casa sempre ouvindo música. Nunca ficava claro se ele estava trabalhando enquanto ouvia música ou se ele ouvia música enquanto trabalhava. [riso] Mas sempre era isso. E eles meio que competiam de uma maneira jocosa. A minha mãe dizia: “Ouve isso é uma valsa de Chopin”. E meu pai me dava um disco do Louis Armstrong: “Olha que maravilha”. Era um mini conflito, não é? E tinha rádios, aparelhos de som em tudo que é quarto que você podia imaginar, até na cozinha. Mas eu me lembrava nitidamente que, quando eu era pequeno, meu pai e minha mãe, às vezes, colocavam discos de 78 rotações que eram de músicas brasileiras, marchinhas de carnaval, samba. Os dois ouviam juntos e até dançavam juntos. Então, na minha cabeça, a música brasileira é que unia os dois. Aí, o conflito não existia. Mas eu passei por fases diferentes. Uma fase dos dezesseis anos até a Inglaterra que eu só ouvia música clássica. Eu gastava todo o meu dinheiro em discos: Mozart, Bach. Até hoje eu guardo todos os LPs. Eu realmente gostava muito e ainda gosto de música erudita.. Quando eu voltei para o Brasil, um dia eu perguntei para o meu pai: “Onde estão aqueles discos que vocês dançavam sempre?”. “Está no sótão, tudo está no sótão. Vai lá. Certamente não foi fora”. Eu comecei olhar, entre dezenas de caixas, vários discos de 78 rotações. Aí, comecei a ouvir, assim, como quem não quer nada. Me chamou a atenção como tinha temas que eram absolutamente repetitivos. Um era basicamente a rejeição do trabalho: o trabalho não dá camisa para ninguém, trabalhar eu não. Era o próprio elogio da malandragem disso e daquilo, e era, assim, constante. Aí, eu fui procurar para ver o que tinha sido escrito sobre isso, sobre a malandragem na música popular

brasileira e eu não achei nada. Quem publicou um livro na mesma época em que eu publiquei um artigo foi a Cláudia Mattos, mas a gente praticamente publicou juntos. Eu escrevi esse primeiro artigo que se chama “A Malandragem na Música Popular Brasileira”. Eu sempre achava gozado que um cara que, primeira geração no Brasil, morando no Rio Grande do Sul, fosse escrever sobre isso.

C.C. – Você não chegou a tocar nenhum instrumento e nem ter aula de música?

R.O. – Eu tive aula de tudo, inclusive de piano e acordeão, mas eu não dei certo. Eu tive aula de tênis, meu pai era tenista, também... Só fui dar certo... Não sei. Dizem que eu dei certo nas Ciências Sociais, mas também é discutível. [riso] Então, não, eu não tenho ouvido musical. Bom, mas aí eu comecei a trabalhar sobre isso. Aí, depois, eu fui trabalhar em um outro tema que tem o tempo todo na MPB que são as relações de gênero: queixas e etc. Acabou dando em um artigo que se chama “A mulher faz (e desfaz) o homem” publicado na revista Ciência Hoje. Depois eu notei que tinha um outro tema que era o dinheiro. Aparecia o tempo inteiro, de maneira muito ambivalente. Eu acabei publicando um artigo que saiu na Revista Brasileira de Ciências Sociais que chama “O vil metal: o dinheiro na música popular brasileira”. Aí, a gente decidiu que ia sair para os Estados Unidos. A gente já tinha feito dois estágios na França dentro do acordo Cofecub, que eram estágios curtos, mas foram bons. A gente decidiu que queria ficar um período mais longo. Nem Arabela e nem eu tínhamos experiência de Estados Unidos. Quando eu era estudante, eu tinha ganhado uma bolsa que era para líderes estudantis da Associação Universitária Interamericana, que era uma fundação americana de americanos progressistas etc., que levava estudantes para lá. Então, eu tive essa experiência.

C.C. – Você viajou para os Estados Unidos?

R.O. – Sim. Em 67, quando eu era estudante, eu ganhei essa bolsa. Era uma associação que, em todos os anos, levava universitários que eles selecionavam. A ideia era que eles iam pegar esses potencialmente revolucionários, subversivos e mostrar um pouco o mundo americano para eles conhecerem.

C.C. – Futuras lideranças.

R.O. – Lideranças.

C.C. – Quanto tempo era a viagem?

R.O. – A viagem era de seis semanas. Eram duas semanas em Harvard, uma semana em Washington, uma semana em New York..... Começava com uma semana morando numa casa de família, que foi na Nova Inglaterra.

C.C. – Acho que o Hélió fez essa mesma viagem. Não sei se era a mesma organização, mas ele falou ontem da...

R.O. – Eu acho que sim. O Ferraz, eu acho, também fez, que era companheiro do Hélió. Marco Maciel fez. O Cristovam Buarque fez. Eu acho que começou em 63. Era um grupo de mulheres casadas com homens muito ricos, filantropos, eu acho que doavam dinheiro para o Partido

Democrata e elas tiveram essa ideia. Então, vinham estudantes americanos para cá e brasileiros iam para lá. O programa não era uma coisa tipo Departamento de Estado para lavagem cerebral. Você vai ter contato com os Estados Unidos e isso vai te dar uma outra perspectiva, você vai ver que não era bem assim como você imaginava, coisas assim. E realmente... Eu me lembro que estava em Harvard e fiquei assim... Comparava Harvard com a universidade brasileira e era uma distância enorme. Eu nunca me esqueço que um dia eu estava caminhando de noite com as meninas que estavam no programa, a gente passou perto de uma residência de estudantes, tinha uma foto do Gandhi e do Lenin e o cara estava trabalhando em uma máquina de escrever. A gente achou tão estranho que a gente bateu na janela para conversar com ele. Eu perguntei o que ele estava fazendo: “Estou fazendo uma tese”. “Sobre o quê?”. “Sobre as relações diplomáticas entre a Índia e a União Soviética no período x”. Eu digo: “Quanto tempo vai te levar isso?”. “Bom, o doutorado todo. Seis, sete, oito anos”. Eu me lembro que eu pensei: “Esse cara é louco”. [riso] Mal imaginava depois o que a gente ia embarcar nisso, o que isso que a gente ia fazer. Mas Harvard foi uma experiência muito marcante. Depois a gente esteve em Washington, teve contato com político, e depois Nova York. Mas nunca uma experiência, assim, de ficar mais tempo. Nunca tinha estado...

C.C. – Mas você gostou dos Estados Unidos?

R.O. – Eu achei muito impactante. Era um período que, no Brasil, tinha muito menos coisas. Eu me lembro que eu fiquei uma semana na casa de uma família que morava em New Bedford, no estado de Massachusetts. Eles me levaram ao supermercado, que era uma coisa que tinha menos aqui, e o supermercado vendia uma moto: “Que troço louco. Vender uma moto no supermercado”. A distância em termos tecnológicos como universitários era muito maior. Eles estavam muito mais à frente em termos de tecnologia e também... Bom, claro, você vai para Harvard, você compara Harvard com qualquer coisa e eles são ótimos. Mas as nossas universidades eram muito mais incipientes, não tinham pós-graduação, as bibliotecas eram precárias. Então, a distância era muito grande. E foi uma experiência também marcante. Mas a gente decidiu que a gente queria ter uma experiência nos Estados Unidos até para os filhos aprenderem inglês. A gente foi. Até para os filhos foi muito bom. O nosso filho é professor de inglês. Fez mestrado em literatura de língua inglesa e agora está fazendo doutorado. A menina, bom, ela foi e tinha dois anos de idade. Ela não tem sotaque quando fala inglês. Ela mora em Los Angeles atualmente. Ela é lutadora jiu jitsu e estuda. [riso] Bom, a gente resolveu ir para Berkeley.

C.C. – Por algum motivo especial? Conhecia alguém?

R.O. – Um que era uma boa universidade, o clima era bom. A Ondina tinha estudado lá e disse que era um lugar bom, a Antropologia era boa. Eu fiz um contato com um sujeito que já faleceu chamado Alan Dundes. Ele era antropólogo e folclorista. Eu achei interessante justamente ele ter essas duas coisas. Era um cara que trabalhava muito com humor e eu gosto muito de humor. Eu escrevi para ele e ele disse que me aceitava. E Arabela descobriu, isso foi outro motivo, que eles tinham um centro de estudos sobre universidade, *Center for Studies in Higher Education*, que é bem a área dela. Ela trabalha com educação superior. Ela sempre comparou Inglaterra com Brasil e queria comparar com Estados Unidos. Então, era bom para todos e era bom do ponto de vista familiar. Só que eu me dei conta... Eu disse: “Bom, o que eu vou estudar lá?”. Eu me lembro que veio um cara que era chefe do departamento de lá, eu o conheci em um

congresso na Venezuela. Ele veio para cá, eu o convidei para morar aqui em casa e ele disse: “Está cheio de brasileiro em São Francisco. Você podia estudar os brasileiros que moram lá”. Eu tenho um lado racional-intuitivo. Quando eu sei que uma coisa vai dar certo, eu digo: “Vai dar certo”. Quando eu não gosto, eu digo: “Não está me atraindo”. Antropólogo brasileiro para ir os Estados Unidos estudar os brasileiros é o cara do terceiro mundo que vai estudar o terceiro mundo no primeiro. Não vou fazer isso. Como eu tinha trabalhado com dinheiro na questão da música e eu estava interessado nesse tema, Simmel e etc., eu tive um devaneio. Uma noite, antes de dormir, eu digo: “Eu podia estudar o dinheiro nos Estados Unidos”. Aí, eu fui dormir. Depois eu acordei e disse: “Dinheiro? Mas o que eu vou estudar?”. O tema era interessante, mas eu não tinha a menor ideia de como estudar isso. Eu decidi: “Não, é isso que eu vou estudar”. Eu cheguei lá, americano gosta de fazer pergunta e logo me perguntaram o que eu ia estudar: “Dinheiro nos Estados Unidos”. “Dinheiro nos Estados Unidos? Mas isso é muito amplo. O que você vai estudar com dinheiro nos Estados Unidos?”. Aí eu: “Estou interessado no dinheiro como fato social total”. Mas aí, por esse interesse, quando cheguei nos Estados Unidos, eu me dei conta que eu estava cercado em um universo semântico pelo qual o dinheiro passava o tempo inteiro. Tudo era dinheiro. Então, tu vais em um seminário, o cara discorda contigo, ele diz assim: “*I don’t buy it*”. Não concordo contigo, não compro. O cara foi ver um filme, tu perguntas: “É bom?”. “*For my money, I think it’s good*”. Me dei conta que as expressões eram o tempo todo marcadas por isso. Esse cara que tinha me convidado, ele tinha um arquivo de coisas folclóricas. Ele não usava computador. Nem para escrever, ele usava computador. Não acreditava nisso. Aí eu disse para o cara: “Eu quero ver o que tu tens de provérbios com dinheiro”. Aí, ele me deu acesso através de um aluno. Eu descobri livros. Aí comecei a pegar provérbios sobre dinheiro. Eu também descobri um monte de provérbios e a maior parte eram provérbios que positivavam o dinheiro. Dinheiro é sempre bom: *All money is clean, even if it is dirty*. E ainda descobri outro provérbio que eu achei fascinante, porque eu tinha lido o que Freud escreveu sobre dinheiro, que ele equipara dinheiro com fezes: o dia do pagamento é *the day the eagle shits*, o dia que águia caga. Só que a águia é o grande símbolo dos Estados Unidos. Então, é fezes, mas é positivo, é águia e não rato. Outro provérbio é assim: dinheiro é como estrume, só é bom quando é espalhado. Então, o dinheiro é positivo, porque estrume, nos termos da Mary Douglas, não é sujeira, ele está no campo. Bom, eu descobri um monte de coisas e comecei a fazer etnografia de tudo desde abrir um conta bancária. Depois eu peguei livros sobre coisas práticas sobre dinheiro, livros de autoajuda que aparecia dinheiro. Estudei um grupo de devedores anônimos e etc. Foi uma coisa, assim, muito fascinante que deu vários artigos. Deu esse primeiro que eu publiquei no *Critique of Anthropology*, que depois saiu no *Estudos Históricos*. Depois eu publiquei um outro sobre a retórica do dinheiro nos Estados Unidos, que foi outro negócio fascinante porque eu peguei o discurso *I have a dream* de Martin Luther King, que todo jovem americano conhece junto com o *Gettysburg Address* de Abraham Lincoln. Eu me dei conta que ele é todo escrito em termos econômicos. Ele basicamente diz: “Os Estados Unidos nos devem. Os Estados Unidos nos passou, nós negros, um cheque sem fundo. Eles nos prometeram igualdade e a gente foi descontar nos grandes cofres dos Estados Unidos e não está lá. Os Estados Unidos têm que nos repagar essa dívida”. Todo, todo, todo. Uma vez eu apresentei isso em um seminário americano e eu li isso. Um americano me disse: “Cara, eu conhecia esse negócio há quinhentos anos e eu nunca me dei conta. Tu pegou...?”. “Está aqui o texto, lê depois”. Para as pessoas isso é natural, para um brasileiro o cara está basicamente dizendo: “Aqui, cara, tu tinhas um cheque, tu me destes um cheque sem fundo. Nesse país não vale. Vocês prometeram a liberdade e não deram”. Então, eu estudei isso. Aí, eu resolvi fazer o que estou fazendo atualmente, que eu vou fazer, a partir

de agosto, quando serei professor visitante na University of Illinois at Urbana-Champaign, que é comparar a música popular norte americana com a brasileira da primeira metade do século XX – basicamente blues e sambas – pegando dinheiro, gênero, trabalho, sexualidade, esse tipo de coisa. Eu publiquei um artigo que saiu no *Vibrant em 2012*: “*Comparing Brazilian and North American.Songs about Money*”. Juntei muito material, eu acho que tem mais. Isso está ligado a um projeto que eu quero ou fazer aqui ou começar lá. Na University of Illinois no primeiro semestre agora eu vou dar uma disciplina chamada *The Making of modern Brazil*, que eles pediram para lecionar. No segundo eu vou dar uma disciplina chamada *Brazilian Culture and National Identity*. São seminários. O primeiro o programa já está todo pronto. Eu estou muito tentado a dar textos também dos Estados Unidos, senão todos, sempre algum. Porque na volta, eu gostaria de dar uma disciplina aqui comparando Brasil e Estados Unidos: migração, raça, música, isso e aquilo. Eu já fiz isso na graduação com Argentina, Colômbia e México. Há algum tempo, eu dei um seminário na graduação de Ciências Sociais da UFRGS que se chamava *Hermanos*, que era sociedade e cultura no Brasil e Argentina, junto com alunos orientandos meus que estavam fazendo estágio. Tinha uma aluna que era argentina, então a gente fez um programa primeiro que comparava os dois países. Todos os textos – Gilberto Freyre, Sarmiento, raça – tudo, sempre comparando. Depois eu fiz um outro... Aí, eu tinha uma aluna mexicana e um aluno colombiano, e a gente pegou Brasil, Colômbia e México e comparou. Um dos alunos que a gente tinha era um cara da Suécia, que sempre dava o pitaco dele sobre a Suécia, que é uma coisa que eu acho interessante, porque a gente faz pouco. A gente se concentra muito no Brasil e perde a comparação. Então, é uma coisa que também me interessa. Têm algumas coisas, tem aquele livro clássico do Viana Moog que ele compara Brasil e Estados Unidos, mas, em geral, a gente fica ou só no Brasil ou só na América Latina. Eu acho interessante comparar, porque são dois países muito diferentes, os dois estão nas Américas, os dois tiveram escravos, populações indígenas, imigrantes, industrialização, religiosidade. Quer dizer, têm um monte de coisas em comum, mas que se manifestam de formas diferentes. Então, atualmente eu estou um pouco nesse...

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

R.O. – Isso é uma outra coisa que estou interessado em fazer, que eu vou ter, agora, um ano para fazer lá na Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign.

C.C. – Quando você vai?

R.O. – Quatorze de agosto.

C.C. – Agora já. Então, está se preparando já. Passar um ano?

R.O. – Passar um ano.

C.C. – Bom, com a filha morando na Califórnia...

R.O. – Fica melhor, fica bem. Não, ela gostaria que a gente fosse para a Califórnia.

C.C. – Nos Estados Unidos essa mobilidade é fácil, diferente do Brasil. Inclusive, a mobilidade acadêmica, as pessoas saem de uma universidade aqui, vão para outra, trabalham.

R.O. – É impressionante. Eles compram e vendem casa como a gente compra e vende carro. O cara chega em uma cidade e já compra casa, porque ali já abate no imposto. Nós vamos ficar morando... Tem um site que se chama *Sabbatical Homes* que existe em todo o mundo. Então, o professor americano fica fora um semestre, ele aluga a casa. Para nós é sempre: “Alguém vai ficar morando na minha casa? Sei lá, sei lá o quê”. A gente está com uma casa, no primeiro semestre, que é de um casal de professores que está saindo e a gente vai ficar lá. Aí, entre o natal e ano novo, a gente vem para cá e depois volta de novo para o inverno deles. Eles estão com um instituto... Eu vou dar uma disciplina que é oferecida pelo Departamento de Antropologia, mas eu vou estar ligado também ao Instituto de Estudos Brasileiros, que eles criaram com dinheiro da Fundação Lehmann. Então, eles têm um bom Departamento de Antropologia e esse Instituto está bom também. Vai ser bom.

C.C. – Você volta só para as festas.

R.O. – É.

C.C. – Deixa eu fazer, Ruben, uma pergunta mais geral, avaliativa. Você começa a se definir como antropólogo, sua identidade há quarenta anos atrás, nos anos 70. Quando você pensa no campo da Antropologia, o que te chama atenção contrastando com o que mudou nesses quarenta anos? Quer dizer, o que é hoje um jovem antropólogo que está fazendo mestrado, doutorado, vai sair como antropólogo, do que era antes? Que comunidade acadêmica, vamos dizer, da Antropologia, ou que mundo da Antropologia ele encontra?

R.O. - Bom, um que eu acho, assim, é um campo que cresceu enormemente. Para te dar um dado, eu, como membro do conselho científico da ABA, todos os anos, tenho que ajudar a avaliar propostas de novos sócios e o número só aumenta. Quando a pessoa é aceita, ela tem que pagar. Então, as pessoas se formam e, às vezes, já na graduação, no mestrado querem ser sócias e querem pertencer à comunidade que é organizada pela ABA. Então, a ABA organiza o campo. E é uma associação que tem relativamente pouco conflito comparado com outras áreas. Ela é hegemônica nesse sentido. Eu acho, assim, antigamente tinha muito menos... Você vê pessoas escrevendo sobre história da Antropologia e fala do encontro, está todo mundo no restaurante, tem vinte a trinta pessoas, você olha: “Ah, esse é o Darcy Ribeiro, esse é o Galvão”. Era um mundo muito pequeno e eram pessoas que estudavam indígenas. Pouca gente tinha doutorado. Galvão até tinha, mas em geral não tinham, porque a vida universitária não exigia isso. Eram pessoas que ou se formaram por conta própria ou então faziam doutorado na USP, mas naquele sistema antigo. Era um mundo que todo mundo conhecia todo mundo. Esse mundo passou por várias ondas de crescimento. Então, assim, os encontros eram duzentos, foram quinhentos, foram para mil e estão indo para três mil. Senão fosse a falta de dinheiro, não sei quanto cresceria. Então, está crescendo muito. Existe ainda um mercado... Eu vejo pelos nossos alunos. Havia uma época em que as pessoas terminavam o mestrado e conseguiam emprego em universidade federal, que agora é cada vez mais difícil, mas ainda existe um mercado para as pessoas que se doutoram. Se eles estiverem dispostos a sair... Nossos alunos, por exemplo, estão em tudo quanto é região do Brasil, mas eles têm que estar dispostos a viajar – coisa que é mais rara. Eu me lembro que o pessoal terminava o mestrado, doutorado no Museu e preferiam ficar subempregados no Rio do que sair do Rio. Isso também está mudando, está virando muito o padrão norte-americano. O padrão norte-americano: “Eu me formei, onde tem

emprego?”. “Só tem no Alasca”. “Bom, eu vou para o Alasca para fazer currículo e depois vou para Wyoming. Até eu chegar em Harvard vai demorar, mas eu vou indo”. Então, eu acho que também está virando isso. A outra coisa que vem junto com isso, uma coisa mais geral, é o fenômeno lattes. Os jovens estão sendo pressionados e internalizam a ideia de que aos quinze anos você tem que ter CPF, aos dezoito você tem que ter lattes. Então, todo mundo tem lattes e vai colocando coisas no lattes: “Apresentei trabalho. Fui aceito”. Tem muito isso em congresso e acho que tem a ver com isso. É bom e é ruim, é bom porque as pessoas vão a congressos, produzem, mas fica muito, assim... Em espanhol se chama *puntitis*, doença dos *puntos*. Os mexicanos chamam isso de *puntites*, porque, para ser promovido, precisa ter pontos e eles querem saber o que vale pontos. Então, isso também está se criando. Por outro lado, tem muita coisa nova surgindo que era impensável há quarenta anos atrás, temas que as pessoas estudam. Então, tem muito isso.

C.C. – Mas você não acha que isso levou a uma fragmentação, especialização maior? Quando você olha, por exemplo, o programa de uma ABA de hoje e uma ABA de trinta anos atrás, grandes temas desapareceram em nome de, talvez, uma fragmentação. Não sei se essa impressão você tem.

R.O. – Eu acho que é bom e é ruim. É bom no sentido de que, bom, quanto mais temas que existem foram estudados, melhor. Se tem algum tema que for interessante e for estudado, tudo bem. Ele é ruim, porque ele tende à superespecialização. Eu estava te falando que eu dou nosso seminário de doutorado e eu fiz várias experiências. A experiência que eu faço atualmente... Ele não é um seminário com um tema acadêmico, não é sobre índios ou sobre urbanização, ele é sobre a relação entre o pesquisador e sua pesquisa. Então, eu quero que os alunos façam várias coisas: uma, que eles entrem em contato com pessoas em diferentes fases da carreira – às vezes, é um cara que recém terminou o doutorado, às vezes é um cara que tem uma obra enorme – para a pessoa falar como ele virou antropólogo, geneticista, seja lá o que for, o que pesou, como foi e conte o que aconteceu desde o cara dizer: “Pô, eu fui fazer isso e me dei conta que estava tudo errado, tive que recomeçar”. A outra coisa que eu faço, no primeiro dia de aula, eu pergunto para eles: “O que estão fazendo? Sobre o que é a tese? Anoto e digo: “Muito interessante”. A partir de agora eu não tenho o menor interesse sobre a tese de vocês e eu não aceito trabalho sobre tese. Vocês só pensam nisso e não é nem sexo. Então, o meu papel...”. Eu digo assim: “Agora que eu não sou mais coordenador e que me tornei um jovem anarquista, meu papel é fazer com que vocês não se imbecilizem e pensem em outros assuntos. Então, eu quero que vocês façam um trabalho sobre um assunto que ou ainda não ocorreu para vocês ou vocês queriam fazer e nunca tinham tempo. É isso que eu quero. E outra coisa, eu já li Foucault, eu já li Tim Ingold, não precisa parafrasear para mim. Eu tenho horror de reler. Eu estou interessado naquilo que vocês pensam”. Aí, em geral, a gente pega três encontros para os quais eles me mandam o roteiro do que eles querem fazer, eu coloco no Dropbox, todo mundo lê e a gente discute coletivamente. Bom, eu sempre digo para eles: “Vocês não podem ficar especialistas em um assunto só. Por duas razões: uma, porque na hora de conseguir emprego o cara vai dizer ‘Eu sou antropólogo musical’”. O cara vai dizer: “Bom, mas nós estamos precisando de uma pessoa de outra área’. Então, vocês têm que nem que seja se colocar no mercado dominando mais de um assunto e segundo vocês não podem se imbecializar. Se vocês entendem só de um assunto, vocês não entendem sequer daquele assunto. Então, vocês estão em uma idade que você tem que se abrir em coisas diferentes, esse tipo de coisa”. Junto com isso, eu faço uma outra coisa que eles gostam muito que é a caminhada etnográfica. Ela surgiu

ao acaso e não acaso, não é? Há uns anos atrás, eu estava falando para alguns deles do centro de Porto Alegre e a maior parte ou não era de Porto Alegre, ou, se era de Porto Alegre, não conhecia o centro. Eles disseram: “Ah professor, não quer nos levar para caminhar no centro?” Eu digo: “Eu topo”. E a gente já pegou mais de dez bairros diferentes. A gente estuda o bairro, pega o que tem de literatura, faz o trajeto. Eu digo a eles o que eu quero que eles observem e a gente fica o dia inteiro caminhando no lugar. Depois, em todos os encontros têm que fazer uma nota de leitura e de observações. Também tem a ideia de tu estas flanando, mas não estas flanando. Tu estas flanando, mas no fundo é como Benjamin, tu estas olhando as arcadas, tu estas... Então, é um pouco...

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

C.C. – Mas a caminhada etnográfica me interessou.

R.O. – É. Eu até brinco com eles: “Vocês são capazes de não se lembrar de nada que a gente falou do resto, mas da caminhada vocês não vão esquecer”.

C.C. – Eu vou dar um curso de Antropologia, no segundo semestre agora, que vai ser uma manhã inteira. Juntou dois tempos. Então, dá tempo de fazer.

R.O. – E você é do Rio, não é?

C.C. – Do Rio.

R.O. – Leva eles para caminha no centro do Rio. Não tem coisa mais interessante do que aquilo.

C.C. – Mas tem funcionando, então, a caminhada?

R.O. – Muito, muito.

C.C. – O Magnani fez lá uma expedição. Lançou até um livro.

R.O. – É. Ele tem um negócio diferente, aquele negócio das manchas, isso e aquilo. Mas é também um pouco isso, não é?

C.C. – Bom, aqui, para sua próxima turma, de sugestão nessa relação entre o pesquisador e seus temas de pesquisa, nesse projeto vai ter um material vastíssimo disponível *online* sobre Ciências Sociais em geral.

R.O. – Pois é, eu vou começar a incorporar isso.

C.C. – Como as pessoas foram chegando...

R.O. – Porque eu acho que é isso que é fascinante. Eu estive uma vez em uma banca de um concurso para selecionar professores de Antropologia do Museu, até estava o Gilberto, e cem por cento dos candidatos tinham feito o doutorado lá. Só que eles contavam duas histórias diferentes e eu disse para eles: “Vocês têm decidir para os alunos de vocês qual é a história

verdadeira”. Eles tinham que fazer um memorial, a metade dizia assim: “Não vou entrar naquilo que Bourdieu chama de ilusão biográfica. Minha vida foi tudo...”. E aí começava a dizer que não existia ilusão biográfica, que tudo era uma construção. E a outra dizia assim: “Foi tudo por um acaso. Eu venho de uma família de advogados, então era natural que eu fizesse vestibular para Direito. Eu comecei a estudar. Eu tinha um amigo que era diferente, um dia encontrei ele na rua, perguntei para onde ele vai: ‘Ah, vou assistir uma palestra no Museu do Índio’. Aí, eu fui junto, me entusiasmei”. E aí eu digo: “Não pode a metade dos alunos achar de um jeito, a outra metade do outro, não é?”. Então, isso entra na categoria do acaso construído, não é? Do cara dizer: “Eu conheci a minha mulher por acaso”. “Mas onde foi?”. “Em tal lugar”. “Mas é um lugar que só tem gente de classe média”. Então, é por acaso, mas não foi tão por acaso. Mas é muito interessante ver como essas pessoas contam sua trajetória, cada um tem uma maneira de...

C.C. – Interessante. Só para completar, você estava falando do quadro, desse mundo da Antropologia hoje, em relação até quando eu fiz (eu terminei nos anos 80, início dos 90), que é esse universo todo de profissional de laudos antropológicos que cresceu. O antropólogo começou a ter uma fonte de renda e ocupação que não tinha anos atrás.

R.O. - Isso é um negócio interessante até. Eu me lembro assim que na minha gestão na ABA a gente fez um seminário em Niterói que se chamava “Antropologia Extra-Muros” em que uma das coisas que a gente discutiu foi isso e até uma das discussões que teve foi que deveriam ter disciplinas, não de como fazer um laudo, mas assim como tem disciplinas em que os alunos leem etnografias, poderia ter disciplinas em que eles leem laudos. Porque se você chegar e dizer: “Um laudo se faz assim” lembra muito métodos e técnicas. Mas pegar laudos que você achar bom ou até alguns ruins e dar para as pessoas lerem. Tem um campo muito grande nisso. Esse é um grupo também politicamente muito interessante. Como são militantes, eles... Eu tive uma discussão uma vez muito interessante com alguns deles que achavam que os juízes eram muito autoritários porque não relativizavam e não conseguiam entender que um laudo, às vezes, relativiza. E o meu argumento foi dizer: “Mas essa ditadura de relativizar só funciona com antropólogos. Juiz é escolhido pela sociedade e é pago pela sociedade para não relativizar. Ele é escolhido para pegar a lei, ele aplica a lei, ele pode até interpretar, mas a sentença tem que ser absolutamente clara, porque senão ninguém sabe como aplicar”. E aí dei o exemplo: o sujeito pede para se aposentar por causa de uma doença que ele diz que é uma doença profissional e que ele está inválido. O juiz vai chamar um perito e vai fazer os quesitos, que é o nome da pergunta. “Realmente está doente? Essa doença é temporária ou é definitiva? Tem a ver com o trabalho?”. E se o médico disser: “Não sei. Pode ser, pode não ser”. Ele vai dizer: “Vou pegar outro. Esse cara não me disse nada”. Se vocês querem ajudar um grupo, vocês vão ter que acabar sintonizando com a linguagem dos juízes, que é complicado. Com essa coisa que teve agora da paralisação por causa do impeachment, os alunos disseram: “Nós vamos fazer um debate sobre isso”. Eu digo: “Se é para ser um debate verdadeiro, vocês têm que convidar pessoas que são contra o *impeachment* e os que são a favor”. “Como os que são a favor?” “Mas não é um debate? Senão não é um debate. Então, faz, mas não chama de debate”. Até entendendo, o momento político é complicado, mas, assim, a ideia de que o juiz vai pensar como antropólogo está no mundo da Lua. Nós até tivemos alunos... Nós temos um juiz daqui que foi aluno nosso, fez o doutorado. Ele fez uma longa batalha para tirar os crucifixos dos tribunais, conseguiu, agora estão voltando. E a outra foi a ex-ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Northfleet. Foi aluna nossa. Ela fez todos os créditos, mas acabou não fazendo a

dissertação. Mas eu acho que você tem razão. Está se abrindo esse campo, tem ONGs e eu acho que tem um minicampo também que vai se ampliar, que são empresas de publicidade. A empresa de publicidade valoriza a coisa criativa e também valoriza: “nós temos um profissional que é diferente, que os outros não tem”.

C.C. – Publicidade e consumo, não é? Aliás, tem antropólogos também. Estou lembrando aqui do Everardo lá na PUC-Rio, da Lívia Barbosa que trabalha com consultoria também. São pessoas que já há muito tempo faziam esse tipo de pesquisa ou mesmo de trabalho.

R.O. – Eu dou uma disciplina que se chama... Eu criei um tópico chamada “Antropologia do Dinheiro e do Consumo” que era de dois créditos. Aí, convidei Arlei Damo, um colega que foi orientando meu, e ele trabalhou sobre futebolistas e ele trabalhou muito com a questão do dom. Então, ele é muito bom em Mauss, etc. E eu sugeri para ele de a gente juntar e dar uma disciplina chamada “Antropologia Econômica”, que para surpresa minha tem o código ANP03. ANP acho que é o código da antropologia, a um e a dois é teoria. A um acho que era a teoria e a dois acho que era metodologia. Essa era a três. Eu não sei porque era três, mas teve uma época que antropologia econômica era o filé, todo mundo tinha que entender. Aí, com aquelas discussões intermináveis dos substantivistas versus os formalistas, o pessoal cansou e disse: “Essa aula só tem que ver com camponeses”. E a disciplina nunca tinha sido dada por nós. Então, a gente pegou essa disciplina, a gente nem precisou criar uma disciplina nova, e colocou nesse nome. E depois, como eram dois professores, a gente fazia como fazia no Museu: registrou uma com ele e outra comigo. Em função do nome da “Antropologia do Consumo e do Dinheiro” sempre tem muita procura de alunos da administração e da comunicação. E os caras da administração eles vêm com uma coisa que tem toda uma literatura: a CCT, *consumer culture theory*. Então tem um corpo teórico, com várias pessoas que leram antropologia, que diz que tem uma cultura de consumo, que eles concordam que é uma subcultura, mas que tem regras próprias e que tem que ser estudadas. Eu tive um aluno de pós-graduação em Administração que é excelente, e ele estava estudando a subcultura dos surfistas. O cara escolheu bem. Foi para os Estados Unidos para pesquisar isso.

C.C. – Tem até etnografia empresarial, tem pessoas nos Estados Unidos que fazem isso.

R.O. – Assim como tem aquela discussão, que não faz muito sentido, sobre estudos culturais. As pessoas: “Ah, estudo cultural, eles acham que são antropólogos, cultura é nós que estudamos”. Eu digo: “Vem cá, isso não é que nem medicina que diz ‘só eu posso exercer’”. Qualquer um pode falar sobre cultura, literatura. O delegado de polícia pode falar sobre cultura. Não existe... Ninguém é dono, o que você pode fazer é discutir. Tem muitos estudos culturais, a escola de Birmingham, por exemplo, que são bons. Tem muita picaretagem também, mas deve ter muita picaretagem em Antropologia. O que é complicado é que eles às vezes fazem uma pesquisinha rápida e dizem: “Eu fiz uma etnografia”. Aí, a coisa fica mais complicada. Mas eu acho que esse mundo da publicidade e do negócio também vai abrir um pouco para isso assim. Nos Estados Unidos é muito comum, às vezes você ter uma empresa de investimento que contrata um filósofo, porque: “O cara tem cabeça diferente, vai sacar onde é que é bom investir”. E realmente o cara deve ter cabeça diferente, deve *think out of the box*, o que não é ruim. Então acho que provavelmente vai ter algum campo para antropólogos também, além desse dos laudos e das ONGs. Esse seminário que a gente fez tinha muita gente de ONG e aí aparece... Tem uma tensão entre antropólogo acadêmico e antropólogo de ONG. Os de ONG

acham que a gente está em uma torre de marfim e nós sempre achamos que eles sempre querem levar todo o conhecimento acadêmico para a pauta deles, que é uma pauta muito específica. A gente não está disposto. Como presidente da ABA eu tinha muito isso: muita ONG querendo que a gente assinasse abaixo assinado. E eu sempre dizia: “Olha, para manter o bom nome dela, a ABA só assina coisas que tem a ver com índios, com quilombos”. Queriam que eu assinasse um documento sobre uma árvore centenária que foi derrubada. Eu digo: “Eu, individualmente sou contra, mas a ABA não está nesse campo”. Mas, ao mesmo tempo, alguns deles depois vão para a academia. São profissões diferentes. Mas eu acho que está se expandindo. Eu me preocupo um pouco com a formação do antropólogo. Deveria ser mais ampla do que... Por um lado é natural, você tem que fazer a tese, então o seu orientador te empurra. Mas, por outro lado, eu acho que deveria ter uma outra força centrípeta que diz: “Não, mas estuda outras coisas também”. Por exemplo, eu acho que faz falta, na formação do antropólogo, um conhecimento mínimo de genética, de biologia para poder discutir com o geneticista que é evolucionista e pelo menos saber o que significa aquele tema. Porque se não você fica lá: “porque tudo é ideológico”. Aí o cara começa a falar de gametas, de mitocôndrias. Qual é a diferença? A gente não sabe. Acho que você tem que ter um mínimo de conhecimento e até para conhecer a produção deles.

C.C. – O pessoal que estuda parentesco é... Aliás, a Marilyn Strathern fala disso. “De repente eu tive que me meter com isso, porque todo mundo falava disso e eu era chamada a participar”.

R.O. – Aqui tem aquele cara o Sérgio Penna, que é geneticista.

C.C. – Sérgio Penna, que participa muito dessa discussão.

R.O. – Quando eu era presidente da Anpocs, ele queria dar uma palestra no encontro anual, se ofereceu e eu topei, mas acho que a mãe dele ficou doente.

C.C. – Aí tem. Na Fiocruz tem pessoas que fazem isso, na medicina social, mas ainda é pouco.

R.O. – E entra por questões importantes, que é como o negócio de cotas ou não-cotas. Então, você conversa com o geneticista e ele diz: “No Brasil, a maior parte da população é geneticamente afrodescendente, mas também descendente de europeus”. Você pode dizer: “Bom, mas não é por aí”. Mas é bom você ter esse dado. Você precisa conhecer isso.

C.C. – Mas, ao mesmo tempo, estou aqui pensando em outra coisa, nessa área biomédica, em particular, tem toda essa questão de protocolos de pesquisa, ética, que eles dominam isso nacionalmente. Eu vejo o Luiz Fernando lá desesperado, tentando marcar a posição de que nas humanas a gente tem uma visão diferente.

R.O. – Eu me lembro que tem um documento que eu assinei quando era presidente da ABA, que um monte de gente me ajudou a escrever, que era para o Conep explicando para eles que os critérios deles não valiam para as pesquisas antropológicas. Eles nem responderam. Passou a ser um documento histórico. Agora, o Luiz Fernando, que realmente fez um trabalho magnífico, ele conseguiu melhorar. Mas eles, tinha uma época... Eu me lembro que teve aí na Faculdade de Educação onde a Arabela trabalha, que a professora de lá fez uma pesquisa que envolvia entrevistar pessoas e aí a comissão de ética ou perguntou qual era o risco que os

entrevistados corriam. Ela respondeu: “O maior risco é algum cair da cadeira quando entrevistado”. Mas a cabeça deles é essa, eles realmente dominam. Mas eu acho que tem de ter condição de conversar com eles. Isso é uma coisa importante: o antropólogo saber conversar com o sociólogo, com o cientista político, mas também com geneticista com um mínimo de conhecimento. Pelo menos para dizer: “Não, mas espera aí”.

C.C. – Mas só conhecimento ou também... Você mencionou uma coisa em relação aos juízes, advogados. O senhor acha que só antropólogo relativiza. Não existe uma certa soberba antropológica de achar que só nós conseguimos ver e que os outros são imersos e presos nos seus cotidianos. “A gente consegue ver isso diferente” e os nativos, às vezes, são muito mais espertos do que a gente imagina.

R.O. – Sim. Eu acho que sim.

C.C. – Talvez não só conhecer um campo, mas sair da posição de que nós podemos julgar, porque a gente se coloca num plano relativizado, que estranha, que olha de longe e esses não, estão imersos no seu cotidiano. Às vezes, eu penso isso.

R.O. – Isso tem em várias profissões. Tem uma piada assim: um grande cirurgião acha que é Deus, um juiz tem certeza que é Deus; os filósofos acham que eles pairam acima de todas as Ciências Sociais; porque eles não são Ciência, eles são Filosofia, vem desde os gregos etc., alguns deles acham que estão acima do universo em que a gente transita e suja as mãos. Os sociólogos, pelo menos na minha época, quando eu era estudante, eles acham que eles bolaram toda a estrutura social, eles sabem o funcionamento e aquilo é uma máquina toda azeitada, só que na verdade não funciona assim. E a gente, os antropólogos, acha que nós no fundo sabemos o significado das coisas que os nativos nem se dão conta e que nós relativizamos e não sei o quê. E isso, bom, cria uma soberba, a gente tem razão e cria uma soberba do ponto de vista político. Por que um juiz haveria de relativizar? Ele não é pago para isso. O juiz está lá para resolver conflitos, você quer que o conflito tenha uma solução. E você termina dizendo: “Um pode ter razão e o outro pode ter razão”. Mas você diz: “Bom, o que é que eu faço com isso?”. Eu acho até bom que os juízes levem em consideração a opinião de antropólogos. No caso de laudos eles levam, por isso tem laudos. Mas eles trabalham com outro tipo de linguagem. E também é importante entender qual é a lógica do mundo jurídico, em que as coisas formais têm uma importância enorme: está no edital, não está no edital. Então para eles o que está fora do edital está fora do mundo, o que está fora do processo está fora do mundo. Para nós: “Não, mas tem isso”. Ele diz: “Não, aqui funciona assim”. A mesma coisa, você vai fazer uma operação e começou a operação, começou a assepsia você não pode estar entrando e saindo da sala da de cirurgia, porque vai dizer: “Não, isso aqui está funcionando assim”. Eu acho que tem uma soberba e tem um pouco a ideia de que nós somos os modernos filósofos, nós é que vamos explicar isso, etc. Por um lado a gente até compreende, como jovem começa por isso, mas eu acho que tem que dizer: “Olha, não é bem assim” e chamar a atenção. Por isso eu estava dizendo que se é um debate tem que ter dos dois lados. Independente de eu apoiar um dos lados, se é para debater você tem que ter o cara que pensa diferente de ti. Então vamos levar a prática antropológica... “Não, mas aí não vale”. Eu digo: “Bom, então não chama de debate. Tudo bem”. [riso] Então, eu acho que tem muito isso também, não é? Eu acho, assim, o relativizar fica uma coisa autoritária: “Eu sou o único que sabe relativizar e eu vou te explicar o que está por trás do seu comportamento que você não sabe explicar”.

C.C. – Talvez esse caminho, se você botar as pessoas para pensar na relação entre pesquisador e sua pesquisa, na verdade não deixa de ser uma reflexividade. A palavra da moda. Uma auto-etnografia de si próprio. Ver que também que é uma tribo com suas características, como várias outras, que se relacionam.

R.O. – Isso é muito interessante quando você orienta uma tese. Você vê como o aluno vai evoluindo, vai mudando. Por isso que eu não gosto de dizer, faz assim, faz assado, porque eu acho que isso é como dar conselhos. No nosso Departamento, eu, atualmente, só dou conselho quando vai desabar. Porque se não fica assim: “Você acha que sabe tudo?”. Eu digo: “Não, bom, passa por isso”. É como filho, não adianta você estar sempre dizer que isso não vai dar certo. Se vai dar muito errado, você tem que dizer: “Para, segura”. Senão, bom, deixa aprender, não é? É natural que um jovem antropólogo entre e tenha uma autoconfiança grande e tem uma ciência que ele acha que é importante, para depois se dar conta que as pessoas dizem: “Olha, não é assim”. Lembra muito uma história que eu ouvi do cara que era o dono do Bradesco, Amadeu Aguiar. O cara que só tinha estudado cinco anos, não gostava de usar meia porque ele andava de chinelo quando era pequeno. E o banco funcionava todo, na Cidade de Deus, na grande mesa, todos os diretores um ao lado do outro e o banco ótimo, crescendo. Ele era o maior banco privado do Brasil até o Itaú se juntar com o Unibanco. E os assessores dele sempre dizendo: “Ah, seu Amadeu, nós precisamos ter um economista-chefe no banco”. Ele falava: “Não precisa, o banco está andando bem”. “Precisaria de um economista”. “Não, o banco está com algum problema? Não está dando? Olha o balanço, está mostrando que está crescendo, para quê? Eu sei como funciona, eu sei, se vocês fizerem errado eu vou dizer que está errado” e não queria. Bom aí insistiram e aí disseram: “Olha, precisa ter, porque os outros bancos têm. É uma espécie de cartão de visitas, todo mundo tem.. Os jornalistas querem entrevistar”. Ele disse: “Então, contrata alguém”. Aí, contrataram um cara, um jovem, o cara tinha estudado nos Estados Unidos e resolveram apresentá-lo: “Seu Amadeu, esse é o doutor fulano, nosso novo economista-chefe”. Ele disse: “O senhor é economista?”. “Sou sim”. “O senhor tem doutorado?” “Sim, eu estudei em Chicago isso e aquilo”. “Muito bem rapaz. Eu acho que você tem muito o que aprender aqui”. [Risos] Como quem diz que você vai se dar conta da realidade, que é um pouco diferente. E eu acho que é um pouco isso, acho que tem um pouco isso.

C.C. – Bom, mas já tem mais de duas horas e meia aqui.

R.O. – Bom. Mas já vamos duas horas e meia?

C.C. – Excelente. Agora podemos ficar conversando aqui, mas o objetivo aqui da entrevista já cumpriu. Deixa eu só fazer uma última pergunta aqui. Pode parecer um pouco boba, mas a gente faz desde o início em quase todas as entrevistas. Se você tivesse que destacar um livro que tenha te marcado particularmente, um livro que te impactou, o que te vem à mente?

R.O. – O Velho Testamento. O meu pai gostava de contar para mim e para os meus irmãos histórias do Velho Testamento em alemão. Além de outros livros que ele gostava de contar, ele se ocupava muito com isso. Então, tinha João Felpudo, Max e Moritz, tinha também... Ele gostava de contar a história da criação do mundo, dos profetas, etc. E a minha infância foi um pouco povoada por isso e ela foi marcada pela questão da justiça. O profeta não era um cara que fazia previsões do que ia acontecer amanhã. O profeta era um cara que ia para o Rei Davi

e contava a seguinte história para ele: “Olha, aconteceu uma coisa aqui no teu reino. Tinha um cara que tinha uma ovelha só da qual ele gostava muito. Tinha um outro que estava cheio de ovelhas e o cara foi lá e roubou a única ovelha do outro”. E o Rei Davi diz assim: “Esse cara merece morrer. “Não, esse cara é tu”. Diz: “Como sou eu?” “Tu tens um harém com não sei quantas mulheres e tu roubastes a Betsabá do marido dela e mandasse ele para uma batalha em que sabias que ele iria morrer”. Então, isso passa uma ideia de tu falares as coisas. A minha mãe era muito diplomática e todo mundo contava sua vida para ela. Meu pai, ao contrário, gostava de dizer as coisas na cara. Eu acho que sou uma mistura dessas duas influências: eu trato bem as pessoas, mas quando há alguma coisa injusta, eu digo. E tem muito desse modelo: “Olha, não fica cego. Olha o que está acontecendo”. Isso era dessas histórias. Também, assim, o mundo da justiça, que está presente no Velho Testamento foi uma coisa que me marcou muito. Do ponto de vista emocional, esse seria o livro que mais me marcou. Depois deve ter esses outros que a gente dá para os alunos lerem. [Risos] Mas não foram na infância. Então, acho que esse me marcou.

C.C. – De antropologia tem algum em particular? Qual você levaria para uma ilha deserta? Tinha uma época que tinha uma coluna no Globo que fazia isso: se tivesse que levar um livro para uma ilha deserta, um único livro?

R.O. – Não seria um livro de antropologia. Seria um livro de fotografias, ou a Bíblia, ou um romance. Eu gosto muito de ficção. Eu gosto de andar de avião, porque sempre que eu ando de avião eu fico lendo ficção. Então, eu não levaria um livro de antropologia, eu levaria um livro... Sinto muito decepcioná-lo. Mas eu levaria um livro de ficção, um livro de fotografia, levaria música, e ficaria sonhando que viesse alguma pessoa.

C.C. – Qual você vai levar na viagem para os Estados Unidos agora, para ler no avião?

R.O. – Eu estou lendo um livro do Phillip Roth que se chama *The Human Stain*, que é sobre um caso de politicamente correto de um professor que dá aula em um *College* e ele tem uns alunos que nunca vieram para a aula. E aí ele pergunta “quem são esses spooks”, que é uma palavra que significa fantasma, mas também é uma expressão pejorativa para afro-americanos. A partir daí, ele começa a ser amaldiçoado no departamento. Ele mexe com essa questão do politicamente correto. Um livro de ficção, muito bem escrito. E recentemente eu li um livro que achei fascinante, que é do escritor cubano Leonardo Padura, *Os Hereges*. O livro se passa na Holanda e em Cuba e ele mistura um quadro do Rembrandt, que teria sido pintado na Holanda... E era com uma família judaica que tentou entrar em Cuba, mas não conseguiu. Ele mistura história universal com história de Cuba com uma coisa meio policial, muito bem escrito. Chama-se *Os Hereges*. Era esse tipo de coisa que eu levaria para uma ilha deserta.

C.C. – Mais uma vez muito obrigado por ter conversado com a gente e ter colaborado.

[FINAL DE DEPOIMENTO]

